

Sumário

Número de notícias: 42 | Número de veículos: 27

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Conta bolsão" deixava "clientes invisíveis" e favorecia o PCC 4

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Finanças públicas são o tema em que mais me especializei", diz Ricardo Nunes 5

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Declaração de IRPF até amanhã 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Revisão em gastos, de R\$ 25,9 bi, atinge BPC e INSS 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência privada: um bem maior - VISÃO DO DIREITO 11

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Bolsa Família deve perder R\$ 2,3 bi 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Revisão de R\$ 25,9 bilhões no gasto será focada apenas em pente-fino 15

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo concentra cortes de 2025 em INSS e BPC 16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS mudará prazos de auxílio-doença via Atestmed 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Benefícios e BPC são aposta para corte de gastos em 2025 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Ampliação do pente-fino enfrenta resistências no governo 21

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Corte de R\$ 25,9 bi será baseado em pente-fino 22

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: auxílio-doença vai mudar 23

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - CIDADES
SEGURIDADE SOCIAL

Ação da Polícia Federal combate esquema de fraude previdenciária 24

JORNAL NH - NOVO HAMBURGO - RS - COMUNIDADE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Homem precisa provar que está vivo para receber auxílio reconstrução 25

Quinta-Feira, 29 de Agosto de 2024

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS quer ajustar prazo de auxílio sem perícia conforme doença ou tipo de segurado 26

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Mães em união homoafetiva conseguem licença-maternidade estendida, mas benefício ainda é restrito 28

PORTAL UOL
SEGURIDADE SOCIAL

INSS quer ajustar prazo de auxílio sem perícia conforme doença ou tipo de segurado (inss) 30

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Defendemos a neutralidade" 32

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Placar no STF sobre exclusão do ISS do cálculo do PIS/Cofins é favorável aos contribuintes 34

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Artigo: Compra governamental pode prejudicar estados e municípios (Reforma Tributária) 36

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: Lira trava votação de destaques do PLP 108 para pressionar Haddad (Reforma tributária) 38

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A competência dos entes federados para a fiscalização das "Emendas Pix" - VISÃO DO DIREITO 39

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
SEGURIDADE SOCIAL

A questão sobre a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS/Cofins - VISÃO DO DIREITO 41

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

STF: decisão com impacto de R\$ 35 bi para União deve ser por 1 voto 42

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo vai propor este ano a taxaço de "big techs" 43

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Manifesto de líderes propõe pacto ambiental com 3 Poderes 44

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Por impacto no ambiente, Banco Mundial sugere imposto extra sobre combustíveis	46
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Reações a Galípolo no comando do BC	48
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA ECONOMIA	
Lula indica Galípolo ao comando do BC	50
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA ECONOMIA	
Galípolo é o indicado	52
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Galípolo é indicado para comandar BC	54
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Governo tenta apressar sabatina de Galípolo, mas senadores resistem	55
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
"Galípolo terá de demonstrar independência na prática"	56
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
Maior desafio de Galípolo é manter confiança no BC (Editorial)	58
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Principal dificuldade é a falta de apoio fiscal	59
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Brasil abriu 188 mil vagas com carteira em julho	60
O GLOBO - RJ - G20 NO BRASIL ECONOMIA	
Cenário mundial e oportunidade	61
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Nome já era mais que esperado, mas "timing" surpreendeu mercado	63
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
À frente do BC, Galípolo terá missão de domar expectativas	65
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Dólar e juros futuros fecham em alta	67
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Um "absoluto pragmático" à frente do BC	69

"Conta bolsão" deixava "clientes invisíveis" e favorecia o PCC

HEITOR MAZZOCO E FAUSTO MACEDO

A Operação Concierge, deflagrada ontem por **Receita Federal**, Polícia Federal e Ministério Público Federal (MPF), aponta para um suposto esquema em que organizações criminosas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC), utilizavam contas invisíveis para evitar rastreamento das autoridades públicas, o que permitia lavagem de dinheiro. O método é chamado de "conta bolsão". Por meio dele, a movimentação financeira gira em torno de R\$ 7,5 bilhões, segundo a PF.

"As fintechs mantêm uma conta corrente denominada "conta bolsão" junto a um banco comercial, onde são realizadas milhares de transações com dinheiro de terceiros, clientes da fintech. A "conta bolsão" garante a invisibilidade do cliente da fintech, pois é impossível rastrear, de forma satisfatória, a origem e o destino do dinheiro", cita, em nota, a **Receita Federal**. São investigadas as fintechs InovePay e T10 Bank. A primeira negou envolvimento com atos ilícitos.

A segunda não respondeu ao Estadão até as 19 horas.

Os bancos BS2 e Rendimento disseram que contribuem com as investigações.

De acordo com a Receita, "a pessoa física A, de seu aplicativo, comanda uma transferência de R\$ 150 mil para pessoa física B. Como a pessoa física A não tem vínculo com o banco comercial, seu nome não aparecerá no extrato, mas sim a fintech, titular da conta. A transferência para pessoa física B aparece no extrato tendo como origem a fintech e não a pessoa física A. Neste esquema, a pessoa física A é invisível a um bloqueio judicial e pode manter seu patrimônio livre de restrições".

Dessa forma, quando a Justiça determinava bloqueio de bens de um investigado, por exemplo, não havia como rastrear contas.

A operação atingiu pessoas físicas e jurídicas localizadas nas cidades de São Paulo, São Caetano do Sul, Osasco, Barueri, Santana de Parnaíba, Embu-Guaçu, Jundiaí, Valinhos, Paulínia, Campinas, Americana, Sorocaba, Votorantim, Ilhabela e Belo Horizonte.

Operação Concierge

Esquema evitava rastreamento de contas por autoridades, o que permitia lavagem de dinheiro

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Finanças públicas são o tema em que mais me especializei", diz Ricardo Nunes

Cristiane Agostine, Fernanda Godoy e Maria Cristina Fernandes De São Paulo

No comando da Prefeitura de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB) redobra sua aposta na aliança com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para disputar a reeleição. A pouco mais de um mês para a disputa, Nunes perdeu espaço no campo bolsonarista e viu parte dos apoiadores do ex-presidente e do governador do Estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos), migrar para a candidatura do "influencer" Pablo Marçal (PRTB), com quem aparece empatado nas pesquisas mais recentes de intenção de voto.

Mais do que a aliança eleitoral, o prefeito ressalta afinidades com Bolsonaro - que indicou o vice em sua chapa, Mello Araújo (PL). Nunes diz que participará do 7 de Setembro organizado por bolsonaristas (contra o ministro Alexandre de Moraes), do Supremo Tribunal Federal e elogia a atuação do ex-presidente na PANDEMIA.

Em entrevista concedida ao Valor nesta terça-feira (27), o prefeito promete, se reeleito, ações para melhorar a segurança, como o aumento de câmeras de fiscalização e da tropa da Guarda Civil Metropolitana. Nunes destaca a gestão financeira, na qual diz ter se especializado, e o aumento da capacidade de investimento de São Paulo. Esta é a segunda de uma série de entrevistas com os candidatos à prefeitura paulistana mais bem posicionados nas pesquisas.

Valor: Que avaliação o senhor faz da candidatura de Pablo Marçal e qual estratégia pretende usar para enfrentá-lo?

Ricardo Nunes: Marçal é absolutamente irresponsável. A minha expectativa é que no decorrer da eleição, a imprensa e a população vão entender o nível de irresponsabilidade, de agressividade que ele tem. Não sei se ele é despreparado ou se coloca isso de uma forma até calculada, com ilusões, e tenta convencer o eleitor sem conhecimento que o que ele propõe é possível. Nunca vi um cara mentir tão compulsivamente e de forma tão descarada. Vou mostrar, no horário eleitoral, nos debates, nas entrevistas, que ele não está olhando por você. É um enganador.

Valor: Apesar de o senhor o acusar de ser irresponsável e mentiroso, sua campanha não entrou com nenhuma ação contra a candidatura dele, nem contra abuso de poder econômico, tampouco pediu direito de resposta a afirmações que ele fez contra o senhor. O senhor teme perder a base dele?

Nunes: Acredito nas instituições, no Tribunal Regional Eleitoral (TRE), que consome um bom dinheiro dos nossos **impostos** e precisa fazer o papel dele.

Valor: Mas o tribunal só se pronuncia mediante provocação e sua campanha não o provocou.

Nunes: Está errado, o TRE tem que fazer. É uma instituição com uma estrutura gigantesca. Confio verdadeiramente.

Valor: Marçal está tirando do senhor intenção de votos de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro e do governador Tarcísio de Freitas. Como vai conter a perda de apoio?

Nunes: A campanha tem fases. Vai chegar o momento em que as pessoas vão começar a entender qual é o candidato que tem condições de cuidar da cidade, do transporte, da saúde, educação e habitação. As pessoas estão impactadas por uma ação desonesta, de impacto de rede social, com cortes, que transmite uma mensagem que não é real. Ele não sabe nada da cidade, de responsabilidade fiscal, de receita corrente, de despesa corrente, não tem a mínima ideia do que é governar. Ficou milionário de forma muito rápida, e trata do negócio dele como se fosse um negócio da prefeitura, e não é.

"08 de Janeiro (em Brasília) foi um ato lamentável de depredação do patrimônio público"

Valor. O senhor não foi ao último debate. Pretende ir aos próximos?

Nunes: Minha sugestão é que tenha um juiz do TRE [presente no local do debate]. Quando tiver ali alguém que infringir as regras, o TRE tem que tomar a iniciativa. Não pode ser passivo. Quero participar de todos os debates.

Valor: O senhor tinha o objetivo de ser a candidatura

única da direita e fez o acordo com Bolsonaro. Mas o senhor costumava demonstrar resistência a ele e nunca se disse bolsonarista, mas sim "ricardista". Agora, com uma outra candidatura forte desse campo, que tem atraído eleitores de Bolsonaro e do governador Tarcísio, o senhor se arrepende da aliança?

Nunes: Não me arrependo, de forma nenhuma. É importante o apoio do Bolsonaro. A gente tinha a visão de ter o centro e a direita juntos contra a extrema esquerda. Eu já tinha uma gratidão pelo [ex] presidente Bolsonaro pelo atendimento que ele fez na cidade em 2021 [com a renegociação da dívida]. Estive com ele em julho de 2021 e, em dezembro, a gente assinou o acordo que resolveu um problema da cidade, de R\$ 25 bilhões. Tenho gratidão. Bolsonaro já fez vídeo falando que o candidato dele sou eu.

Valor: Como o senhor define o que aconteceu no Brasil em 8 de janeiro de 2023?

Nunes: Foi um ato lamentável de depredação de patrimônio público, como foi o do [Guilherme] Boulos em 23 de setembro de 2015 no Ministério da Fazenda, quando ele entrou e depredou patrimônio público. As pessoas têm que lembrar que quem depreda patrimônio público está cometendo crime.

Valor: Então o senhor não enxerga uma tentativa de golpe de Estado? O Supremo está errado?

Nunes: Eu não sou juiz para julgar o Supremo.

Valor: O senhor já disse que pretende ir ao ato de 7 de Setembro, que é um ato contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, contra as instituições. Concorda com esse norte?

Nunes: A democracia prevê a manifestação. Jamais terei posicionamento contrário às instituições, mas a democracia garante o direito de contestar e pedir um esclarecimento. Não é pouca coisa o que a "Folha de S. Paulo" trouxe [sobre decisões de Moraes]. É gravíssimo.

Valor: O senhor vai discursar nesse ato?

Nunes: Não sei nem se vou. Primeiro tenho que cumprir minhas funções como prefeito. Se o horário permitir, eu vou. Não tenho a intenção de falar.

Valor: Que valores o aproximam de Bolsonaro?

Nunes: A gestão Bolsonaro cuidou bem das finanças. Nos Correios, acabou com o déficit; também na Petrobras. A questão da liberdade econômica é algo que defendo. A forma como tratou a cidade, fiquei

surpreso.

Valor: Mesmo sem trazer vacina para cá em plena PANDEMIA?

Nunes: A vacina que eu tomei foi ele que mandou. A que você tomou, também.

Valor: E o papel do ex-governador João Doria?

Nunes: Quem comprou a vacina foi o governo federal.

Valor: Bolsonaro disse que as pessoas virariam jacarés se tomassem a vacina e satirizou as mortes por Covid. Nada disso assustou o senhor?

Nunes: Ganhamos o título de capital mundial da vacina. Não faltou enfermagem, não faltou UTI. Queria ser avaliado pelo que fiz e não pelo que outros fizeram.

Valor: O senhor é a favor das câmeras nas fardas da Guarda Civil Metropolitana?

Nunes: Uso o "Smart Sampa", que espalha câmeras na cidade. São 20 mil câmeras que vão poder, inclusive, fiscalizar o crime e o comportamento dos GCMs. A quele recurso que teria para colocar as câmeras nos uniformes, vamos usar para ampliar as câmeras.

Valor: Que outras propostas tem para melhorar a segurança e o ambiente de negócios?

Nunes: Temos 15 mil câmeras, que serão 20 mil até o fim do ano. Pretendo ampliar mais 10 mil câmeras para melhorar a segurança. Aumentamos o efetivo da GCM e da Polícia Militar através da operação delegada. Só eu co-loquei 4 mil homens a mais. São 2 mil da GCM, 2 mil da PM. Eu tinha 400 policiais militares na operação delegada, hoje tem 2.400 e fiz o concurso para mais 2 mil GCM. Dei aumento de 64% para todos na carreira inicial.

Valor: O senhor tem investido na militarização dos guardas. A compra de fuzis triplicou nos últimos três anos. Vai ampliar a militarização? E vai aumentar a tropa?

Nunes: Vou ampliar e muito. Na tropa vou colocar mais mil homens [totalizando 8 mil]. Custa R\$ 110 milhões para cada mil homens. E vou valorizar.

Valor: Na Cracolândia, o senhor já disse que quem reagisse às operações da GCM ia "tomar na testa". O que pretende fazer para resolver o problema da Cracolândia?

Nunes: Eu disse na testa? [sorri]. É um problema de 30 anos. Estamos no caminho certo. Em 2016 eram 4 mil usuários, hoje são 900. Ainda é muito, mas esse trabalho contínuo, com agente de saúde, de assistência social, tem resultados.

Valor: O MP e as polícias fizeram uma grande operação na Cracolândia e identificaram a atuação de agentes da GCM em uma suposta milícia. Eles se tomaram réus. O que pretende fazer para evitar que essa milícia avance na gestão?

"Não tenho prerrogativa de quebrar sigilo. A prefeitura não tem condições de atuar numa investigação"

Nunes: Falar de milícia... Uma coisa é o Rio de Janeiro, que tem lá aquela coisa dentro da instituição. Aqui não tem isso. Pedia prisão de um desses GCMs em julho, mas foi arquivado. Temos efetivo de 7 mil pessoas, e alguns se desviaram. Não podem manchar a reputação dos demais.

Valor: Ainda em relação a investigações do MP, o senhor já pediu a apuração de empresas de ônibus suspeitas de ligação com o crime organizado. Em uma operação recente, foi identificada a atuação do PCC em duas empresas de ônibus, a UPBus e a Transwolff. A licitação com essas empresas é de 2019. Não havia suspeitas suficientes sobre essas empresas para romper o contrato? Pretende fazer nova licitação?

Nunes: Se tiver comprovação, [o rompimento de contrato] vai ser no mesmo dia. A licitação de 2019 seguiu a lei, a **Receita Federal** emitiu atestado para essas empresas. O contrato está vigente. Como é que se rompe um contrato desse? Só se eu pagar indenização bilionária. E poderia talvez cometer alguma injustiça. Só [rompe] se tiver algo concreto. Tem uma investigação.

Valor: O TSE e a Polícia Federal veem estas eleições como porta para o crime organizado tomar assento em prefeituras, em várias cidades. O que fará para evitar que atividades econômicas sejam dominadas pelo crime organizado?

Nunes: Não tenho prerrogativa de fazer quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico. A prefeitura não tem condições de atuar numa investigação. Isso é atribuição da Polícia Civil e do Ministério Público, que podem identificar a atuação do crime organizado. O que tem da nossa parte é o reforço da nossa Controladoria.

Valor: Saúde é uma das principais queixas da população. As filas de consultas e exames são enormes. Em junho, mais de 654 mil pessoas aguardavam uma consulta. Que medidas efetivas

pretende tomar para melhorar esse problema?

Nunes: Temos 30 hospitais e 17 hospitais-dia. Desses 17,12 já estão desde o ano passado funcionando 24 horas fazendo cirurgias à noite. No ano passado foram 70 milhões de exames, 30 milhões de consultas. Temos 5,8 milhões de usuários do SUS na capital, um milhão a mais do que há oito, dez anos. Bruno Covas e eu abrimos 10 hospitais, eu abri 18 UPAs. A cidade chegou num patamar importante de saúde financeira. Se não tiver a saúde financeira, não vai ter saúde para nada, não vai ter hospital. E foi o que eu mais me especializei na minha vida pública, que foi como o vereador durante oito anos na comissão de Finanças, relatando o orçamento várias vezes. E aí me tornei um especialista na questão das finanças públicas e pude trazer esse conhecimento, já dando continuidade àquelas políticas públicas que o Bruno vinha desenvolvendo. A quantidade de concessões, as PPPs, as ações importantes de desestatização, assim a gente tira bastante peso do Estado e compartilha com o [setor] privado. O orçamento da saúde passou de R\$ 10 bilhões em 2016 para R\$ 20 bilhões. Tínhamos na saúde 80 mil, 81 mil colaboradores em 2016, e hoje são 118 mil. Esse investimento possibilitou diminuir a fila e vai continuar diminuindo.

Valor: No transporte, pretende aumentar a tarifa de ônibus em 2025, se reeleito? E qual é o limite para o pagamento de subsídio?

Nunes: Não tem limite. Pagamos R\$ 750 milhões em subsídios para idosos, estudantes, pessoas com deficiência. A prefeitura paga. E o restante, por quê? Porque a tarifa era para ser R\$ 8,40 e a gente tá mantendo a tarifa em R\$ 4,40 para poder ter algumas ações de política pública. Não dá para ver isso só com uma questão tarifária, você precisa ver a questão do transporte coletivo como política pública, de mobilidade, né?

Valor: Será possível manter o valor da tarifa em R\$4,40?

Nunes: Olha eu fiquei quatro anos mantendo. Sempre vou trabalhar muito (...) Se for possível manter, é o meu desejo. Agora, preciso chegar no final do ano e ver quanto é que eu tenho de projeção de arrecadação, quanto aumentou, qual vai ser o valor do diesel. Eu falo hoje assim Ah, não vou aumentar" ou "Vou aumentar", vai ser só para uso eleitoral.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187970?page=12§ion=1>

Declaração de IRPF até amanhã

Termina amanhã o prazo para que contribuintes dos 399 municípios do Rio Grande do Sul afetados pelas cheias façam a declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) 2024 base 2023. A **Receita Federal** informou em nota que até ontem 95% das declarações esperadas já tinham sido transmitidas, o que corresponde a 2,867 milhões de documentos. Entretanto, especificamente em Porto Alegre a entrega estava mais lenta, já que 12% das declarações ainda não tinham sido encaminhadas.

A recomendação, agora, é a declaração pré-preenchida para evitar erros em razão da pressa.

Quem baixou o programa do IR deve fazer login na conta gov.br.

A medida que deu mais prazo aos gaúchos faz parte das ações voltadas ao RS após as inundações de maio. Além da ampliação do prazo, que nos demais locais do país terminou em 31 de maio, os contribuintes no Estado foram priorizados também nos lotes de restituição. O penúltimo lote será pago amanhã e o último está previsto para 30 de setembro.

95% Este era o índice de envios até ontem, o que corresponde a 2,867 milhões de documentos.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11188>

Revisão em gastos, de R\$ 25,9 bi, atinge BPC e INSS

A equipe econômica do governo detalhou, ontem, a revisão de gastos que deve gerar economia de R\$ 25,9 bilhões no Orçamento de 2025. A reestimativa é resultado do pente-fino feito no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e com benefícios do **INSS**.

O resultado constará do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, a ser encaminhado pelo governo, amanhã, ao Congresso Nacional.

A medida visa ajustar o Orçamento para atender às metas fiscais estabelecidas, refletindo um esforço significativo para otimizar recursos e alcançar os objetivos financeiros do governo para o próximo ano.

Ao explicar os novos cálculos, o secretário executivo do Ministério do Planejamento, Gustavo Guimarães, afirmou que o governo vai continuar trabalhando para que o valor da revisão seja maior. "A gente vai trabalhar para que a revisão seja até maior do que essa", disse. "Se a gente tiver alguma dificuldade em fazer esse trabalho de revisão, ele não estiver respondendo, vai acontecer algo semelhante ao que aconteceu neste ano, e fazer a parte que não é ideal, o contingenciamento ou o bloqueio no Orçamento público", completou.

Revisão A revisão do BPC deve resultar em uma economia de R\$ 6,4 bilhões. A estimativa é de que sejam cessados 481.725 benefícios de pessoas que não têm mais direito, mas permanecem recebendo o auxílio assistencial por não ter atualizado o cadastro. O governo fará a revisão de cadastro e de renda e reavaliação pericial das pessoas com deficiência.

No caso do **INSS**, a economia estimada é de R\$ 7,3 bilhões, sendo que R\$ 6,2 bilhões serão economizados por meio do uso do Atestmed, uma ferramenta já utilizada atualmente para avaliação médica, e R\$ 1,1 bilhão com medidas cautelares e administrativas. A revisão de benefícios por incapacidade, como o auxílio-doença, deve gerar uma economia de R\$ 3,2 bilhões.

As ações relacionadas a essa política foram iniciadas este ano, com a expectativa de impacto significativo no Orçamento do próximo ano. O secretário do Regime Geral de **Previdência Social**, Adroaldo Portal, informou que, em 45 dias, foram realizadas 258 mil perícias nos auxílios-doença pagos. O governo já

suspendeu 133 mil benefícios por incapacidade temporária pagos indevidamente. "Já gastamos R\$ 320 milhões a menos, em agosto, com benefício por incapacidade", disse Portal.

Haverá economia também no Proagro, estimada em R\$ 1,9 bilhão.

No seguro-defeso - pago a pescadores artesanais nas fases em que são proibidos de pescar - a diminuição será de R\$ 1,1 bilhão.

O governo prevê ainda a realocação de recursos, no valor de R\$ 6,1 bilhões.

Com essas medidas, o governo busca garantir o equilíbrio das contas públicas em um cenário de necessidade crescente de controle fiscal e eficiência nos gastos.

Para o economista e professor da Universidade de Brasília (UnB), César Berço, os técnicos e a cúpula dos ministérios deram três importantes passos. "O primeiro é com relação à revisão das despesas, que não necessariamente implica redução de gastos.

Dessa forma, é necessário detalhar a medida para que a gente possa analisar se haverá impacto ou não nos investimentos, no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que tem contribuído para que o país possa crescer, como está crescendo esse ano de 2024", disse.

"A segunda questão está relacionada à revisão de benefícios que possam ser pagos indevidamente.

Seria feito um pente-fino.

Pagamento dos benefícios, isso poderia ensejar uma boa economia para o governo. E o terceiro ponto por eles levantado é o cumprimento do Orçamento de forma vertical pelos ministérios.

Então, fica a cargo de cada ministério, fazer o acompanhamento, gestão, como já é hoje, mas de uma forma mais decisiva, visando não extrapolar os gastos, pois senão teremos que conviver com o fantasma do condensamento, dos cortes de gastos, como aconteceu esse ano", afirmou o economista.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/6359/29-08-2024.html?all=1>

Previdência privada: um bem maior - VISÃO DO DIREITO

Wagner Balera

Wagner Balera - Advogado e professor. É livre-docente em direito previdenciário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Coordenador dos cursos de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado) da PUC/SP

A **Previdência Social** é oferecida a todos os trabalhadores que, compulsoriamente, devem aderir ao sistema estatal. Se os cadastros funcionassem, como é evidente, inexistiria mercado informal de trabalho que, segundo a abalizada opinião de um especialista, já representa quarenta por cento da força de trabalho. A adesão à previdência privada deve ser sempre facultativa. O plano privado, onde for instituído, há de ser oferecido a todos os empregados. Eis a exigência de equidade a ser adequada a cada grupo protegido.

O esforço financeiro que um plano privado exige de quem se disponha a sustentá-lo é, igualmente, natural que certos traços característicos da relação de trabalho ganhem relevância. Assim, pode ser que a mesma remuneração, tempo equivalente de vinculação trabalhista com a instituidora, funções ocupadas ao longo da vida funcional, entre outras de igual relevância, em termos de previdência privada, mereçam consideração e qualificação. Certa disparidade de tratamento é permitida. Porém, a desproporção infundada seria ilegal.

Inadmissível seria a criação de grupo seletivo de pessoas a quem sejam concedidos todos os privilégios, enquanto os demais ficam à mercê de riscos bem maiores. O plano deve ser oferecido a todos. Isso não significa que deva ter idêntica configuração relativamente a todos os participantes. Dentro do plano, os participantes terão tratamentos proporcionais aos seus cargos (que influenciam no padrão de vida), ao tempo de vinculação com o instituidor, à responsabilidade assumida perante aquele, entre outras.

Tal como ocorre no regime do **INSS**, quem ganha mais paga mais, no sentido de manutenção do padrão de vida, na previdência privada se observa a proporcionalidade entre os rendimentos mensais e as contribuições vertidas para o fundo comum.

A diferenciação dos empregados dentro do plano deve refletir o cargo do profissional, sua remuneração, o tempo de vinculação com a instituidora, isto é, o seu status profissional.

Dentro do plano de previdência privada pode haver diferenciação entre empregados, pautada na manutenção de padrão de vida na inatividade ou velhice.

Há aqueles que auferem maiores ganhos e há quem contribua com importâncias mais elevadas. O universo do seguro trabalha com certa categoria de pensamento: a manutenção atuarial, porque o prêmio a ser vertido deve, sempre e sempre, ser capaz de proporcionar a cobertura contratada. É o que, em nosso direito, diz a Constituição, com a seguinte expressão: observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Para tanto, os planos privados de previdência devem valer-se de tábuas de mortalidade que, infelizmente, restaram abandonadas no plano oficial. As tábuas permitem antever (previdência) o equilíbrio do plano, a partir da técnica atuarial. Ora, se houver exposição dos investimentos a níveis muito elevados de risco, o resultado do plano pode ficar comprometido.

Eis onde entra, ou melhor, deveria entrar, em cena o órgão regulador e fiscalizador. A esse órgão incumbe verificar se a política de investimentos corresponde ao perfil de risco da comunidade protegida. E, se forem necessários ajustes - sempre no superior interesse da proteção social dos beneficiários - cumpre exigir que sejam efetuados a tempo e a hora.

Há um atributo óbvio, verdadeira garantia normativa em nosso modelo normativo, que é o da transparência. Qualquer participante ou assistido deve ter acesso, em linguagem inteligível ao homem comum, ao portfólio de investimentos da entidade. Elementar decorrência do princípio da transparência que, aliás, quando aplicável a entidades constituídas pelas empresas estatais, encontra sustentáculo na exigência constitucional da publicidade, pois tudo em que o Estado, direta ou indiretamente, acha-se presente, é posto sob a égide da res publica.

Tudo o que se disse até aqui é, pouco mais ou menos, mero discurso acaciano.

Ocorre que se percebe certo movimento sutil para o que grosseiramente tem recebido a nomenclatura de "flexibilização" dos investimentos. Muito cuidado com isso.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6349/29-08-2024.html?all=1>

Bolsa Família deve perder R\$ 2,3 bi

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva espera poupar R\$ 18 bilhões com a revisão de benefícios da Previdência e da assistência social em 2025. O Executivo ainda prevê um corte de R\$ 2,3 bilhões nos recursos do Bolsa Família para o ano que vem.

Os valores foram anunciados pelo governo em entrevista coletiva na manhã desta quarta-feira para detalhar o programa de revisão de gastos, que ganhou um slogan: "Revisar para repriorizar".

"Não é um "revisão" que acontece por um voluntarismo do governante.

É um processo sistemático, contínuo de revisão", disse o secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Ministério do Planejamento, Sérgio Firpo.

A maior economia (R\$ 7,3 bilhões) virá de esforços do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A expectativa é que a implementação do Atestmed, sistema online que dispensa a perícia presencial para a concessão do auxílio-doença, gere uma redução de R\$ 6,2 bilhões.

Outro R\$ 1,1 bilhão deve ser poupado com a implementação de medidas cautelares, como suspensão de benefícios suspeitos de alguma irregularidade.

Outros R\$ 6,4 bilhões serão economizados com a revisão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. Desse valor, R\$ 4,3 bilhões serão obtidos a partir da convocação de famílias que estão com cadastro desatualizado, e outros R\$ 2,1 bilhões da revisão pericial de benefícios concedidos a pessoas com deficiência.

O Executivo ainda espera poupar R\$ 3,2 bilhões com a revisão dos benefícios por incapacidade (como auxílio-doença) e R\$ 1,1 bilhão com o seguro-defeso, pago a pescadores artesanais durante o período em que a atividade é proibida.

Bolsa Família

Além da revisão de gastos, o Executivo também listou aquilo que chamou de "realocação" de R\$ 2,3 bilhões originalmente estavam previstos para o Bolsa Família. Sérgio Firpo explicou que o corte para 2025 tem como premissa a "manutenção do Orçamento de 2023", que foi de R\$ 166,3 bilhões. Isso significa uma redução em

relação aos R\$ 168,6 bilhões programados para este ano.

Segundo o secretário, ainda não há um detalhamento de quais medidas serão adotadas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) para alcançar esses valores, mas o governo acredita ser possível dar continuidade à revisão cadastral - que contribuiu, no ano passado, para uma economia de R\$ 9,4 bilhões após a revisão de pagamentos a famílias que não se encaixavam nos critérios do programa.

Outros gastos

O governo também prevê uma redução de R\$ 2 bilhões na despesa inicialmente programada para gastos com pessoal em 2025. Segundo os técnicos, a economia virá do adiamento de concursos públicos.

Outros R\$ 3,7 bilhões devem ser poupados com o Proagro, programa de seguro rural para pequenos e médios produtores que, nos últimos anos, passou por uma explosão de gastos. O impacto vem tanto de mudanças de regras quanto de medidas de realocação.

Garantias de direito

Segundo Firpo, as revisões seguem uma metodologia e buscam encontrar espaço fiscal para financiar políticas consideradas prioritárias.

"A revisão não tem como base cessação de direitos. Pelo contrário, tem como base a garantia de direitos.

Ela evita pagamentos indevidos para dar direito a quem tem direito", afirmou.

"A agenda de revisão de gastos é central. Vamos garantir que essa agenda siga como prioritária e sempre muito ativa do lado do governo.

Buscamos equilíbrio fiscal para que o país cresça com compromisso social", disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan.

Para o ano que vem, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) já anunciou um corte de R\$ 25,9 bilhões em despesas para preservar o arcabouço fiscal (Da Folhapress).

A maior economia (R\$ 7,3 bilhões) virá de esforços do

INSS.

A expectativa é que a implementação do Atestmed, sistema online que dispensa a perícia presencial para a concessão do auxílio-doença, gere uma redução de R\$ 6,2 bi.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=17745>

Revisão de R\$ 25,9 bilhões no gasto será focada apenas em pente-fino

BIANCA LIMA E ALVARO GRIBEL

O corte de R\$ 25,9 bilhões nos gastos do Orçamento de 2025 será focado apenas em pente-fino em programas sociais e previdenciários, sem alterações estruturais em despesas obrigatórias.

Mais da metade do valor (R\$ 13,7 bilhões ou 53%) virá da revisão cadastral do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Esse último é voltado a idosos e pessoas de baixa renda com deficiência, e preocupa o governo pela trajetória de expansão.

Segundo o secretário executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães, a expectativa é de que a revisão ocorra, futuramente, em contexto mais amplo.

Caso os esforços de revisão de gastos não surtam os resultados esperados, o governo será obrigado a fazer bloqueios e contingenciamentos, como já aconteceu neste ano. "Se a gente tiver alguma dificuldade em fazer esse trabalho de revisão, se não tiver respondendo no momento da execução, vai acontecer algo semelhante ao que houve este ano, que é fazer contingenciamento ou bloqueio", afirmou Guimarães.

"Todos nós queremos que isso não ocorra, e por isso vamos trabalhar para que a revisão seja até maior do que essa, para que a gente tenha mais espaço para as discricionárias (despesas não obrigatórias) para fazer políticas públicas." Questionado sobre a falta de medidas mais estruturais, que ataquem os gastos obrigatórios e deem sobrevida ao novo arcabouço fiscal, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que o governo não está inerte.

"O ministro (da Fazenda, Fernando) Haddad anunciou esse número (de corte de R\$ 25,9 bilhões) em julho, depois anunciamos um bloqueio (no Orçamento).

Então, as medidas estão ocorrendo." **INSS** E BPC. O governo projeta que a maior parte da economia prevista para 2025 virá da revisão nos benefícios do **INSS**. A expectativa é de que haja redução de R\$ 7,3 bilhões em despesas, sendo que quase a totalidade será fruto do uso do Atestmed, sistema que incentiva a troca da perícia médica presencial pela análise documental eletrônica em casos de benefícios de curta

duração, de até 180 dias.

O restante, segundo a equipe econômica, virá de medidas cautelares e administrativas, que permitirão, por exemplo, a suspensão de benefícios com indícios de irregularidades.

O BPC aparece na sequência, com expectativa de economia de R\$ 6,4 bilhões, por meio da atualização do Cadastro Único e da reavaliação pericial.

Como mostrou o Estadão em junho, o governo pretende realizar até 800 mil perícias presenciais em BPC e no Benefício por Incapacidade Temporária, o antigo auxílio-doença, até dezembro.

Para o Benefício por Incapacidade Temporária, a expectativa é de economia de R\$ 3,2 bilhões no próximo ano devido à realização das perícias.

Segundo o secretário de Regime Geral de **Previdência Social** do Ministério da Previdência, Adroaldo da Cunha Portal, em um período de 45 dias foram realizadas 258 mil perícias, que resultaram em 133 mil cancelamentos de benefícios.

"O impacto de economia no mês de agosto foi de R\$ 320 milhões. Até dezembro, serão R\$ 1,3 bilhão."

"Se a gente tiver alguma dificuldade em fazer o trabalho de revisão, vai acontecer algo semelhante ao que houve este ano, que é fazer bloqueio ou contingenciamento"

Gustavo Guimarães Secretário executivo do Ministério do Planejamento

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo concentra cortes de 2025 em INSS e BPC

THAÍS BARCELLOS, BERNARDO LIMA

O governo federal concentrou a economia com a revisão dos gastos públicos em 2025 nos benefícios previdenciários e no Benefício de Prestação Continuada (BPC), duas despesas obrigatórias que vêm subindo ininterruptamente. Dos R\$ 25,9 bilhões previstos em cortes de gastos no ano que vem, R\$ 6,4 bilhões são referentes ao BPC e R\$ 10,5 bilhões são benefícios pagos pelo **INSS**, incluindo o auxílio-doença (auxílio por incapacidade temporária).

O Bolsa Família vai contribuir com R\$ 2,3 bilhões e gastos com pessoal, com R\$ 2 bilhões. O governo tem chamado esses pontos de reprogramação orçamentária, porque se trata de uma iniciativa interna dos órgãos. Já o Proagro deve dar contribuição de R\$ 3,7 bilhões e o Seguro Defeso, de R\$ 1,1 bilhão. Os dados foram detalhados ontem pela equipe econômica.

BOLSA FAMÍLIA

No caso do **INSS**, a economia vem com a implementação do Atestmed, sistema on-line que dispensa a perícia presencial para a concessão do auxílio-doença, e da adoção de medidas cautelares e administrativas. O Atestmed gera economia porque dispensa pagamentos atrasados por demora em perícia, por exemplo.

Em relação ao Bolsa Família, o secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos, Sérgio Firpo, explicou que, devido a ações internas do Ministério de Desenvolvimento Social, o orçamento do programa em 2025 será o mesmo de 2023, de R\$ 166,3 bilhões.

Na última avaliação do Orçamento deste ano, a previsão para 2024 era de R\$ 168,6 bilhões.

- Os R\$ 25,9 bilhões são, para simplificar, um corte de gastos. Caso a gente não tivesse feito esse esforço, teria R\$ 25,9 bilhões a mais de despesas no Orçamento. Trata-se, sim, de corte de gastos. Não estamos acabando com um programa como um todo, mas, dentro dos programas existentes, estamos fazendo esforço para revisar cada um dos itens para que, de fato, a gente economize R\$ 25,9 bilhões no ano que vem -disse o secretário executivo da

Fazenda, Dario Durigan.

Segundo Durigan, algumas medidas vão ser acompanhadas de modificações legislativas para dar mais segurança jurídica ao governo, como é o caso de medidas cautelares e medidas administrativas relativas aos benefícios previdenciários. O secretário explicou que as mudanças já estão presentes no projeto de compensação de desoneração da folha de pagamento, discutido no Congresso.

Segundo ele, não devem ser enviadas novas medidas ao Legislativo.

A economia com o seguro defeso (pago a pescadores artesanais durante períodos em que a pesca não é permitida) também contará com um ajuste para endurecer as regras, com expectativa de redução de 20% dos benefícios pagos atualmente, que giram em torno de 1 milhão por ano, conforme o Ministério do Planejamento.

O plano é parte da solução encontrada para fechar as contas e manter de pé o arcabouço fiscal nos próximos anos. A meta fiscal para 2024 e 2025 é zero, com intervalo de tolerância de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Atualmente, a projeção para este ano é de déficit primário de R\$ 28,8 bilhões, no limite da margem de tolerância. Além disso, R\$ 15 bilhões em despesas foram congeladas.

Paloma Lopes, economista da Valor Investimentos, considera que as estimativas de redução de despesas com a revisão do BPC dificilmente serão cumpridas.

-É uma promessa que dificilmente será cumprida por questões óbvias de garantia de direitos. Essa sinalização de contenção deveria deixar o mercado mais tranquilo, mas, ainda assim, é uma âncora fiscal que precisa de uma receita muito maior para poder atingir os objetivos -diz ela.

Segundo Paloma, a política fiscal "está desregulada".

Para José Alfaix, economista da Rio Bravo Investimentos, há uma disparidade nas previsões orçamentárias do governo: - Subestimam muito os gastos e superestimam as receitas. É um perigo. Há

espaço para fazer ajustes, mas a irrealidade das contas reduz a credibilidade.

O economista da Rio Braço afirma que o mercado "precisa ver para crer".

Para Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos, o anúncio da ampliação do vale-gás, divulgado esta semana pelo governo, é um sinal do descompasso na estratégia do governo e do Ministério da Fazenda para o cumprimento da meta fiscal do ano que vem: - Reduz de um lado, mas aumenta de outro. Não passa uma sensação de unidade -avalia Gustavo Cruz.

"Trata-se, sim, de corte de gastos" Dario Durigan, secretário-executivo da Fazenda

"Subestimam muito os gastos e superestimam as receitas. É um perigo" José Alfaix, economista da Rio Bravo Investimentos

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

INSS mudará prazos de auxílio-doença via Atestmed

O Ministério da Previdência está trabalhando em mudanças para aprimorar a concessão do auxílio-doença por meio da análise de atestados médicos, conhecido como Atestmed. Segundo o secretário do Regime Geral da **Previdência Social**, Adroaldo Portal, devem ser implementados ajustes no prazo máximo de concessão, que atualmente é de 180 dias, a depender do tipo de segurado e do tipo de doença.

O Atestmed é um sistema do **INSS** que permite aos segurados solicitar o benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) através de uma análise de documentos, sem necessidade de uma perícia médica presencial. Foi criado este ano para agilizar o processo de concessão e reduzir o tempo de espera na fila do **INSS**.

Portal afirmou que, historicamente, quem fica mais tempo recebendo auxílio-doença é quem está desempregado, já que, acabado o tempo do auxílio, entra em uma situação de vulnerabilidade. Do mesmo modo, o prazo para autônomos costuma ser maior do que para pessoas com carteira assinada. A ideia, então, é que o prazo máximo de concessão seja adotado conforme faixa etária, "qualidade do segurado" e tipo de doença.

- Não é uma ferramenta perfeita que vai ser implementada para sempre, está passando por aprimoramento. Estamos fazendo avaliações de recorte de faixa etária, segurados... Em breve vamos estabelecer recortes de tempo para determinados tipos de doenças ou tipos de trabalho. Vamos tentar trazer todo mundo para o objetivo do auxílio-doença, que é um benefício de curtíssima duração -afirmou.

Essas medidas, porém, não constam na previsão de economia com o pente-fino no **INSS** no ano que vem, de R\$ 10,5 bilhões. O secretário rebateu críticas de que o sistema aumenta as fraudes na concessão do benefício.

- O percentual de concessão do Atestmed é inferior a 80%, e de perícia presencial historicamente sempre foi 85% em benefícios por incapacidade. Então não estamos sequer concedendo mais do que era concedido. Estamos concedendo de forma mais rápida e mais barata.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Benefícios e BPC são aposta para corte de gastos em 2025

**Jéssica Sant"Ana, Estevão Taiar e Guilherme Pimenta
De Brasília**

Depois de quase dois meses de espera, o governo federal detalhou ontem que a redução em R\$ 25,9 bilhões em gastos do Orçamento de 2025 virá, majoritariamente, do pente-fino que está sendo feito nos benefícios previdenciários e no Benefício de Prestação Continuada (BPC). Outras políticas públicas, como seguro defeso, Proagro e Bolsa Família, também darão uma contribuição, porém mais modesta. Não há corte de programas considerados ineficientes nem a apresentação de medidas estruturais para resolver o crescimento acelerado das despesas obrigatórias.

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e o Ministério da **Previdência Social** (MPS) serão responsáveis pela economia de R\$ 10,5 bilhões em 2025. Desse valor, R\$ 6,2 bilhões são esperados com o Atestmed, ferramenta que permite a concessão de auxílio-doença via análise digital do atestado médico, sem passar por perícia presencial. Já R\$ 3,2 bilhões virão da reavaliação dos benefícios por incapacidade, o que inclui auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. O restante (R\$ 1,1 bilhão) virá de medidas cautelares e administrativas, como recuperação de valores pagos indevidamente.

O pente-fino do Benefício de Prestação Continuada (BPC) renderá uma economia de R\$ 6,4 bilhões, segundo os dados apresentados pelo governo. O benefício é pago a idosos e pessoas com deficiência carentes. Não é necessário ter contribuído à **Previdência Social** para recebê-lo, por isso seu caráter assistencial. A operacionalização é do **INSS**, mas a política pública é do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O governo estima rever 3,4 milhões de benefícios do BPC e cessar 481.725. Para isso, fará atualização cadastral de quem está com inscrição desatualizada e checará a renda familiar per capita, que precisa ser de até um quarto de salário mínimo. Também haverá reavaliação pericial das pessoas com deficiência.

Com o pente-fino no seguro defeso (pago a pescadores arte-sanais no período em que a pesca é proibida), a economia esperada é de R\$ 1,1 bilhão. Esse trabalho vai incluir recadastro dos beneficiários e

cruzamento de dados para checagem dos critérios de elegibilidade. Por fim, o Proagro terá uma economia de R\$ 1,9 bilhão em 2025 com revisão de regras do programa.

Todas essas ações devem render uma economia de R\$ 19,9 bilhões, 76,8% do total esperado. Elas não dependem de alterações legislativas, mas parte foi incluída no relatório do projeto que compensa a desoneração da folha de pagamentos para trazer segurança jurídica.

Os outros R\$ 6,1 bilhões de economia virão de "reprogramações/realoções" internas nos ministérios nas rubricas do Bolsa Família, Proagro e de gastos com pessoal.

Segundo Sérgio Firpo, secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), serão melhorias internas que os órgãos farão para que essas despesas voltem ao patamar de 2023.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, negou que as medidas anunciadas não representem um corte efetivo de gastos.

"Nós não estamos acabando com nenhum tipo de programa, mas, dentro dos programas existentes, estamos revisando cada um desses itens para a gente economizar R\$ 25,9 bilhões no ano que vem", disse, ressaltando que "outras medidas precisam e serão feitas", sem dar detalhes.

A apresentação divulgada pelo governo, chamada de "Revisar para repriorizar", traz como eixos da política de revisão de gastos a "integração de políticas públicas" e a "modernização das vinculações" orçamentárias, duas ações que são cobradas por especialistas em contas públicas. A equipe econômica, contudo, não apresentou nenhuma ideia concreta nessa direção.

"Tudo tem seu tempo", respondeu o secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães, ao ser indagado sobre os demais eixos da revisão de gastos.

"Sabemos que têm muitas políticas que poderíamos atuar de forma integrada e ter um resultado fiscal

positivo e, ao mesmo tempo, um bem-estar maior para aquele cidadão atendido, mas isso é uma discussão para o trabalho futuro que vamos apresentar", explicou.

Para Jeferson Bittencourt, head de macroeconomia do ASA, o detalhamento não trouxe ânimo novo para o mercado. "Ficou claro que todo e qualquer esforço pelo lado das despesas será para corrigir despesas obrigatórias subestimadas ou abrir espaço para a discricionária, não para reduzir o nível global de gastos. Isso é preocupante", disse. "O volume total [de economia anunciado] é relevante para cumprimento do limite de gastos em 2025, mas [o governo falou] pouco sobre a sustentabilidade desta regra dali para frente."

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, avalia que o corte de R\$ 25,9 bilhões é "bastante positivo para o fiscal". "Para ter ideia, um número: se o governo cortar 25,9 bilhões e conseguir majorar a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e a alíquota do JCP (juros sobre capital próprio), pode conseguir, em 2025, um resultado primário melhor que o de 2024. Isso seria essencial para compor um quadro de maior confiança na política fiscal, sem dúvida com impactos potenciais na curva a termo de juros", destacou.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já afirmou que o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, que será apresentado na sexta-feira, terá as mudanças na CSLL e no JCP.

"Nós não estamos acabando com nenhum tipo de programa" Dario Durigan

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187970?page=12§ion=1>

Ampliação do pente-fino enfrenta resistências no governo

Lu Aiko Otta Brasília

O espírito do pente-fino detalhado nesta quarta-feira (28) pelo governo é desacelerar o crescimento de algumas despesas, principalmente as obrigatórias. Os R\$ 25,9 bilhões prometidos para 2025 são, na prática, um não crescimento de gastos.

Por seu volume, não é suficiente para resolver o problema estrutural do Orçamento, que é o crescimento acelerado dos gastos obrigatórios. Porém, é alguma economia, que ajuda liberar espaço para acomodar mais gastos prioritários no Orçamento.

É também um olhar mais atento no dinheiro destinado às políticas públicas. Em 2023, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) detectou 3,4 milhões de pessoas que estavam recebendo o Bolsa Família sem ter direito ao benefício. Cessou os pagamentos e, com isso, abriu espaço para atender 2,9 milhões de famílias que estavam na fila. Ainda restou uma economia de R\$ 9,4 bilhões, utilizada para atender outras despesas.

É nessa mesma linha que ocorrerão as revisões em 2025. Está programada, por exemplo, a avaliação de 3,4 milhões de pagamentos do Benefício de Prestação Continuada (BPC), com o que se espera cessar o pagamento de 482 mil, gerando economia de R\$ 6,4 bilhões. No **INSS**, a redução estimada é de R\$ 7,3 bilhões.

No detalhamento divulgado ontem, o pente-fino atinge: BPC, Previdência, Proagro, seguro-defeso, Bolsa Família. Foi computada também uma economia de R\$ 2 bilhões com pessoal, segundo o Ministério da Gestão.

A área econômica pretende ampliar o pente-fino para mais áreas, mas há resistência nos bastidores do governo.

O secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Gustavo Guimarães, disse que pretende submeter à Junta de Execução Orçamentária (JEO) uma proposta pela qual todas as pastas precisariam informar sobre economias a serem com revisões de gastos. Ainda que a estimativa seja zero.

O pente-fino é um dos quatro eixos de um trabalho

maior, a revisão de gastos, que passou a integrar o ciclo de elaboração do Orçamento.

Há eixos que prometem ajustes mais fortes na estrutura de despesas, como a "modernização" das vinculações (rever os critérios de correção para os pisos de gastos com saúde e educação, por exemplo) e a revisão de gastos tributários. São temas cuja discussão não foi interdita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Um terceiro eixo é a integração de políticas públicas. A ideia é unificar benefícios, para economizar com a gestão. Num efeito colateral, seria possível repaginar políticas públicas e atender a recomendação de marqueteiros do governo, que alertam para a falta de programas novos.

Políticas públicas não devem ficar calcificadas, pontuou o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan. Com o passar do tempo, é necessário que sejam revistas.

Não se trata de um "revisão" movido pelo voluntarismo, disse o secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, Sérgio Firpo. É um processo que agora passará a ser sistemático no processo orçamentário.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187970?page=12§ion=1>

Corte de R\$ 25,9 bi será baseado em pente-fino

O corte de R\$ 25,9 bilhões em despesas no orçamento de 2025 do governo federal será baseado em pente-fino em programas sociais e previdenciários. Pouco mais da metade do valor (R\$ 13,7 bilhões) virá da revisão cadastral do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), voltado a idosos e pessoas de baixa renda com deficiência, e preocupa o governo pela forte trajetória de expansão.

A maior parte da economia prevista (R\$ 7,3 bilhões) virá da revisão nos benefícios do **INSS**. Uma das ações elencadas é o uso de um sistema que incentiva a troca da perícia médica presencial pela análise documental eletrônica em casos de benefícios de curta duração. Em outra frente, estão previstas medidas cautelares e administrativas, que permitirão, por exemplo, a suspensão de benefícios com indícios de irregularidade.

No caso do BPC, a economia de R\$ 6,4 bilhões se dará por meio da atualização do Cadastro Único e da reavaliação pericial. O governo pretende realizar até 800 mil perícias presenciais em BPC e no Benefício por Incapacidade Temporária, o antigo auxílio-doença, até dezembro.

Para o Benefício por Incapacidade Temporária, a expectativa é cortar R\$ 3,2 bilhões no próximo ano a partir das perícias.

Caso não alcance o resultado esperado, governo terá que fazer bloqueios Segundo o secretário de Regime Geral de **Previdência Social** do Ministério da Previdência, Adroaldo da Cunha Portal, em um período de 45 dias foram realizadas 258 mil perícias, que resultaram em 133 mil cancelamentos de benefícios.

O governo também espera economia de R\$ 3,7 bilhões devido às mudanças realizadas no desenho do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). O programa funciona como uma espécie de seguro rural para pequenos e médios produtores e teve as suas normas alteradas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em abril.

Há, ainda, R\$ 1,1 bilhão referentes ao seguro-defeso, benefício pago a pescadores artesanais e que será reformulado.

Além disso, o governo planeja uma "reprogramação" de despesas no Bolsa Família - que terá o mesmo orçamento de 2023 (R\$ 166,3 bilhões), inferior ao deste ano (R\$ 168,6 bilhões), por meio da revisão de cadastros - e nos gastos com pessoal, por meio do adiamento de concursos.

Sem medidas estruturais Segundo o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Gustavo Guimarães, caso a revisão de gastos não tenha o resultado esperado, o governo será obrigado a fazer bloqueios e contingenciamentos, como já aconteceu neste ano: - Se a gente tiver alguma dificuldade em fazer esse trabalho de revisão, se não estiver respondendo no momento da execução, vai acontecer algo semelhante ao que houve este ano, que é fazer contingencia-mento ou bloqueio.

Questionado sobre a falta de medidas mais estruturais, que ataquem os gastos obrigatórios e deem sobrevida ao novo arcabouço fiscal, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, negou que o governo esteja inerte.

- O ministro (da Fazenda, Fernando) Haddad anunciou esse corte em julho, depois anunciamos um bloqueio. Então, as medidas estão ocorrendo. Claro que outras coisas precisam ser feitas e serão feitas - alegou. _

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240829&edicao=30353>

INSS: auxílio-doença vai mudar

O governo federal estuda promover mudanças para aprimorar a concessão do auxílio-doença por meio do Atestmed - sistema do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que permite o requerimento do benefício por incapacidade temporária e o envio da documentação médica de forma on-line, para análise à distância, sem a necessidade de perícia médica presencial.

Segundo o secretário do Regime Geral da **Previdência Social** (RGPS), Adroaldo Portal, a ideia é fazer recortes no prazo máximo de concessão, hoje de 180 dias, a depender do tipo de segurado e do tipo de doença.

Portal afirmou que, historicamente, quem fica mais tempo recebendo auxílio-doença é quem está desempregado, já que, acabado o tempo do auxílio, a pessoa vai entrar em uma situação de vulnerabilidade.

Do mesmo modo, o prazo para autônomos costuma ser maior do que para trabalhadores com carteira assinada.

A ideia, então, é que o prazo máximo de concessão seja flexibilizado conforme a faixa etária, a "qualidade do segurado" e o tipo de doença.

As medidas, porém, ainda não constam da previsão de economia com o pente-fino no **INSS** no ano que vem, de R\$ 10,5 bilhões, dos quais R\$ 6,2 bilhões são relativos ao Atestmed.

A revisão de gastos prevista para 2025 deve ajudar na economia de R\$ 25,9 bilhões no Orçamento da União, segundo prevê o governo.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Ação da Polícia Federal combate esquema de fraude previdenciária

Na manhã de quarta, 28, a Polícia Federal deflagrou a Operação Co-modatários, que tem por objetivo desarticular um esquema de obtenção fraudulenta de benefícios previdenciários destinados a trabalhadores rurais. Um mandado de busca e apreensão foi cumprido no município de Salgado.

A investigação teve início a partir de uma representação do Judiciário Federal, que apontou indícios de irregularidades em benefícios judicialmente requeridos. As fraudes eram realizadas por meio da falsificação de contratos de comodato, utilizados para simular a condição de trabalhadores rurais e, assim, garantir o acesso aos benefícios.

Os envolvidos no esquema estão sendo investigados por tentativa de estelionato, com pena agravada por ter sido praticado contra a **previdência social**. A Polícia Federal segue com as investigações para identificar todos os partici-

pantes do delito e eventuais prejuízos causados ao sistema previdenciário.

Documento irregular

Policiais rodoviários federais flagraram, na manhã dessa terça-feira, 27, um motorista dirigindo com a sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH) suspensa. A ação aconteceu no km 176 da BR-101, em Santa Luzia do Itanhy.

Durante fiscalização de rotina, a equipe PRF deu ordem de parada a um veículo Fiat/Mobi, com placas de Minas Gerais. Após consulta aos sistemas, foi constatado que a CNH do condutor, de 34 anos, estava suspensa. Diante da infração, o motorista foi autuado e assinou um Termo Circunstanciado de Ocorrência. Ele deverá responder pelo ato infracional perante a Justiça.

Ambulâncias

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) em Sergipe realizou, na última terça-

-feira, 27, uma palestra de conscientização e orientação para condutores de ambulâncias e demais profissionais envolvidos com o tema. O evento aconteceu pela manhã, na sede do órgão, em Aracaju.

O objetivo do evento foi promover a segurança, o conforto e a fluidez do trânsito, além de fortalecer a parceria entre a PRF e os órgãos envolvidos com o atendimento pré-hospitalar, como o SAMU, Corpo de Bombeiros Militar (CBM/SE) e secretarias municipais e estaduais de saúde.

Durante a palestra, foram abordadas as principais normas de trânsito que regulamentam a circulação de veículos de emergência, as melhores práticas para condução segura e as ações da PRF para garantir a fluidez do trânsito e a segurança de todos os usuários das rodovias. A Polícia Rodoviária Federal reforça a importância da atuação de todos para a construção de um trânsito mais consciente e seguro.

Homem precisa provar que está vivo para receber auxílio reconstrução

(Débora Ertel)

É no bairro Canudos, puxando frete para várias cidades da região, que vive o homem dado como morto pelo governo federal. Afetado pela enchente, ele precisou acionar a Justiça para comprovar que está vivo e também ter o direito de receber o auxílio reconstrução.

Foi em 2023 que o motorista de caminhão Luís Fernando de Oliveira, 56 anos, descobriu que era um "morto-vivo". Tudo porque ele queria fazer um cartão de crédito na Caixa Federal, mas foi impedido, pois constava em situação de óbito.

Diante da notícia surpreendente de sua morte, foi até a **Receita Federal** e o órgão atestou que a situação do CPF era regular. Então, foi orientado a procurar o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) para corrigir o erro. "Se quiserem, eu faço uma prova de vida, eu disse pra eles lá gerência", conta.

Mas foi orientado a fazer outro procedimento que, com a ajuda de um familiar, realizou pela Internet, para pedir a correção das informações no sistema. No entanto, nunca recebeu uma confirmação se ele tinha deixado de ser um morto para os dados oficiais.

Ocorre que, na enchente, Oliveira perdeu todos os móveis da casa onde vivia de aluguel na Rua Arcedi- no Francisco da Conceição, no Loteamento Integração, no bairro Lomba Grande. Quando o governo federal anunciou o auxílio de R\$ 5,1 mil, não pensou duas vezes em fazer o cadastro. "Daí eu pensei: eu tenho direito. Mas o negócio ficou em análise dias e dias até que veio a resposta", relembra. A solicitação de Oliveira foi reprovada porque "o responsável familiar possui indicativo de óbito", informava o documento emitido pelo Portal do Cidadão. "Eu achava que isso já estava resolvido, pois vou nas lojas, faço compras e o meu CPF tá certinho", explicou.

Decisão judicial

Como não tinha conseguido resolver o problema, o motorista procurou novamente a **Receita Federal** em junho e lá foi encaminhado para o departamento jurídico. Ele entrou com recurso contra a União e o pedido foi aceito em 20 de agosto. Em decisão do juiz

federal Nórton Luís Benites, da 1ª Vara Federal de Novo Hamburgo, Rodrigues teve garantido o direito de receber o auxílio reconstrução.

O magistrado determinou que a União pague o auxílio ao morador em até dez dias, a contar a partir da data da publicação da sentença. Segundo o magistrado, o caso do hamburguense não é o único de indicação errônea de óbito pelo sistema e que se trata de um equívoco no banco de dados do IINSS.

"É inacreditável você precisar provar que está vivo", desabafa Oliveira.

O **INSS** foi procurado por meio da assessoria de imprensa, mas não respondeu até o fechamento da edição.

Site:

<https://digital.jornalnh.com.br/edicao/imprensa/15986/29-08-2024.html?all=1#>

INSS quer ajustar prazo de auxílio sem perícia conforme doença ou tipo de segurado

Adriana Fernandes

Idiana Tomazelli

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai adotar medidas para aperfeiçoar as regras de concessão do benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) pelo Atestmed, o sistema que dispensa a perícia presencial e permite a apresentação do atestado médico pela internet.

O secretário do RGPS (Regime Geral de **Previdência Social**) do Ministério da **Previdência Social**, Adroaldo Portal, disse que o órgão trabalha em classificações por tipo de doença ou categoria de segurado, para ajustar, no futuro, o prazo de concessão do auxílio por meio do Atestmed.

Benefícios que tendem a ter uma duração maior passariam por uma reavaliação mais frequente. Hoje, o prazo máximo duração de um auxílio sem perícia é de 180 dias. A partir das mudanças, esse limite pode cair de acordo com a doença ou o tipo de segurado.

"Nós vamos estabelecer recortes de tempos diferenciados para determinados tipos de doença e para determinados tipos de trabalhador", disse Portal.

Segundo ele, historicamente os segurados que estão empregados com carteira assinada ficam menos tempo recebendo o auxílio-doença, enquanto desempregados, autônomos e que contribuem de forma individual costumam receber o benefício por mais tempo. "O auxílio terminar significa ficar em vulnerabilidade", afirmou o secretário.

"Progressivamente, vamos apertar essas linhas de corte", acrescentou Portal, destacando que o auxílio-doença é concebido desde sua origem para ser um benefício de "curtíssima duração".

Apesar do plano do governo, a economia potencial com essa medida ainda não constará nas estimativas da proposta de Orçamento para 2025.

A concessão do auxílio-doença é a que mais cresce, numa velocidade muito superior aos demais benefícios da **Previdência Social**, o que levou especialistas a questionarem a eficácia e a sustentabilidade do uso da

ferramenta para as contas públicas.

Ao dispensar a perícia presencial, o Atestmed possibilita que o benefício seja concedido sem que o segurado tenha que esperar o agendamento. Ele pode enviar a documentação pelo aplicativo Meu **INSS** ou levá-la na própria agência.

Portal participou nesta quarta-feira (28) de entrevista organizada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento para detalhar a projeção de economia de R\$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias , a partir da revisão e do combate a fraudes em benefícios previdenciários e assistenciais.

Na ocasião, o secretário rebateu as críticas ao Atestmed, defendeu sua importância para economizar gastos e disse que não há indícios de que o sistema é uma porta aberta para fraudes.

"Elas [as medidas de aperfeiçoamento] têm sido promovidas, e várias delas estão sendo preparadas. Está aqui um modelo perfeito, que vai durar para sempre", disse.

O secretário afirmou que as melhorias vão aumentar a precisão na decisão dos peritos médicos para a concessão do auxílio-doença por meio de recortes de patologias e de qualidade de segurado.

"Nós nem sequer estamos concedendo mais do que era concedido [antes do Atestmed]. Estamos concedendo de forma mais rápida e mais barata", disse ele, em relação às críticas de que o sistema levou a um aumento das concessões.

Segundo o secretário, toda política deve passar por constante revisão e aprimoramento, e o que acontece agora com o Atestmed é uma curva de aprendizado.

Ele ressaltou que o aumento das concessões do auxílio-doença não é o melhor indicador para avaliar a eficácia do sistema. Segundo ele, o número está contaminado pelo desrepresamento da fila de espera, que cresceu na gestão de Jair Bolsonaro (PL).

"O crescimento de concessões que se deu estava calcado basicamente no fato de que o Atestmed fracionou a concessão. Antes havia um mascaramento da concessão", disse.

Portal afirmou também que o represamento de pedidos desencorajou alguns segurados a pedirem o auxílio-doença, devido à perspectiva de longa espera para ter o pedido atendido. Com a redução da fila, o governo acredita haver um aumento no número de pedidos de acesso ao benefício.

Os benefícios de auxílio-doença estão passando por uma revisão. Desde o início da revisão, em julho, 258 mil beneficiários já foram avaliados pela perícia. Desse grupo, 133 mil tiveram o auxílio cessado com uma economia de R\$ 1,3 bilhão.

Segundo os técnicos do governo, embora o sistema tenha ajudado a impulsionar as concessões de benefício por incapacidade, o atendimento mais rápido do segurado evita a necessidade de grandes pagamentos de atrasados, já que a lei garante o repasse dos valores retroativos desde a data da requisição. A fila de espera tornava essa fatura mais cara para o **INSS**.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/08/inss-quer-ajustar-prazo-de-auxilio-sem-pericia-conforme-doenca-ou-tipo-de-segurado.shtml>

Mães em união homoafetiva conseguem licença-maternidade estendida, mas benefício ainda é restrito

Andreza de Oliveira

Juntas há sete anos, as geofísicas Rafaela Reis e Mayara Martins sonhavam com uma família grande. Hoje elas têm dois filhos, um de quatro anos e outro de oito meses. Mas o acesso das duas à licença-maternidade integral só aconteceu na gravidez da última criança.

O benefício acessado pelas duas recentemente não está previsto pelas leis trabalhistas vigentes no Brasil, o que restringe a concessão deste tipo de afastamento em uma série de outras empresas no país.

Em março deste ano, o STF (Supremo Tribunal Federal) definiu que só uma das mães em união estável homoafetiva pode ter direito à licença-maternidade , que é de pelo menos 120 dias. A outra terá afastamento equivalente à da licença-paternidade, de no mínimo 5 dias e, no máximo, 20 -o que acontece para empresas cidadãos e funcionalismo público.

No nascimento do primeiro filho, em 2020, Mayara ficou grávida e tirou a licença- maternidade , enquanto Rafaela conseguiu um afastamento equivalente à licença-paternidade, de 20 dias.

Na gestação do filho mais novo, contudo, o cenário foi diferente. Rafaela, que gestou a criança, teve o acesso à licença-maternidade superior aos 120 dias, e Mayara, que não gestou o bebê, também conseguiu.

Em ambas as gestações, o método escolhido para conceber as crianças foi a FIV (fertilização in vitro).

A principal diferença das gestações, para as duas, foi a possibilidade de ambas estarem plenamente ocupadas e focadas apenas no desenvolvimento da criança. "Na licença, a sua única preocupação é aquilo ali. O seu mundo se resume a atender as necessidades do bebê", afirma Mayara.

No total, as duas conseguiram ficar 180 dias em casa afastadas para os cuidados com o filho e, de acordo com elas, esse período foi importante para além do vínculo com a criança.

"Conseguimos ajudar uma a outra, promovendo, nos mínimos detalhes, os cuidados básicos", completa Mayara, que reconhece que o caso das duas é, ainda, minoria, principalmente se comparado à experiência de outros casais homoafetivos.

Paulo Renato Fernandes, professor de direito da FGV (Fundação Getúlio Vargas) no Rio, diz que não há problema a empresa conceder um benefício para além da CLT.

"Esses tipos de benefícios podem ser definidos por acordos coletivos de trabalho, por exemplo", afirma.

Tanto Rafaela quanto Mayara trabalham há cinco anos na Petrobras . Em **comunicado** enviado à Folha , a empresa afirma que a atual licença-maternidade da empresa é de 180 dias.

A companhia diz ter implementado em novembro do último ano a licença para todas as mães cujo benefício não está amparado pela **Previdência Social**. A iniciativa da empresa ganhou neste mês um prêmio de iniciativas inovadoras, o Think Work Innovations.

"Percebemos que o não reconhecimento formal da função materna, muitas vezes, trazia tristeza e constrangimento. Essas mulheres não se sentiam reconhecidas como mães frente à empresa e percebiam a equiparação com os pais como indevida", diz a nota.

Discussões, notícias e reflexões pensadas para mulheres

Carregando...

Professora de direito trabalhista da USP (Universidade de São Paulo), Júlia Silva Lenzi afirma que para muitas famílias uma licença-paternidade ancorada em cinco dias não é o suficiente, e definir o mesmo prazo para casais homoafetivos não funciona.

"Essa conversa considera uma família nuclear com as funções paternas e maternas absolutamente divididas, além de ser muito pautado na ideia de que a licença

seria para a recuperação do corpo que gesta e depois pare, que é uma concepção biológica muito ultrapassada", afirma a docente.

Hoje, a licença-maternidade está amparada pelo **INSS**, que define o direito a até quatro meses, em especial para as trabalhadoras autônomas. E, para os casos que dependem do Instituto Trabalhista, esse afastamento pode ser de até seis meses se a empresa fizer parte de programa de empresa cidadã ou do funcionalismo público.

Há um projeto de lei propondo a ampliação da licença-paternidade para até 75 dias. A proposta foi aprovada pela CDH (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa) em julho deste ano e segue para análise na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

De acordo com a professora, a decisão do STF, apesar de representar um avanço, deixa de fora outras disposições familiares, como casais homossexuais formados por homens, em que ambos teriam acesso à licença-paternidade, apenas. "Então é mais restritivo ainda, porque em tese, apenas um poderia tirar o afastamento", completa Lenzi.

Um exemplo de casal que não se beneficiou com a licença-paternidade para mães não gestantes é o da ginecologista Lorena Jackson. Mãe de um bebê recém-nascido, ela não carregou a gestação, mas fez tratamento hormonal para conseguir amamentar a filha.

"Sigo o tratamento para produzir leite, optei por esse processo porque sempre quis ter essa experiência", relata a médica.

Funcionária pública, ela diz que, após a decisão do STF, teve acesso apenas a 20 dias de licença, o que em sua visão não é o suficiente.

"Essa decisão mais atrapalhou do que ajudou, porque antes a gente ainda conseguia pleitear a licença-maternidade por meio da judicialização dos casos", afirma.

A decisão abalou Lorena. Desapontada, ela diz ter precisado de ajuda psicológica para lidar com a questão e procurou auxílio judicial para tentar uma extensão da licença. Até o momento, a médica conseguiu mais 15 dias de afastamento por conta da amamentação.

De acordo com a professora da USP, a discussão em alta no âmbito do direito familiar hoje é a da licença-parental, sem a definição dos papéis de gênero e pautada em exemplos adotados por outros países, em

que ambos os cônjuges ou responsáveis pela criança teriam a possibilidade de decidir o quanto de afastamento cada um tiraria.

"Existia, sim, o pleito por extensão da licença-paternidade, mas a partir da dinâmica da afirmação dos novos modelos familiares, da perspectiva de que é o afeto que constrói a dinâmica familiar, se preferiu dar destaque para o instituto da licença parental em substituição à divisão dos papéis de gênero", completa Lenzi.

Como parte da iniciativa Todas, a Folha presenteia mulheres com três meses de assinatura digital grátis

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/08/maes-em-uniao-homoafetiva-conseguem-licenca-maternidade-estendida-mas-beneficio-ainda-e-restrito.shtml>

INSS quer ajustar prazo de auxílio sem perícia conforme doença ou tipo de segurado (inss)

Adriana Fernandes

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai adotar medidas para aperfeiçoar as regras de concessão do benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) pelo Atestmed, o sistema que dispensa a perícia presencial e permite a apresentação do atestado médico pela internet.

O secretário do RGPS (Regime Geral de **Previdência Social**) do Ministério da **Previdência Social**, Adroaldo Portal, disse que o órgão trabalha em classificações por tipo de doença ou categoria de segurado, para ajustar, no futuro, o prazo de concessão do auxílio por meio do Atestmed.

Benefícios que tendem a ter uma duração maior passariam por uma reavaliação mais frequente. Hoje, o prazo máximo duração de um auxílio sem perícia é de 180 dias. A partir das mudanças, esse limite pode cair de acordo com a doença ou o tipo de segurado.

"Nós vamos estabelecer recortes de tempos diferenciados para determinados tipos de doença e para determinados tipos de trabalhador", disse Portal.

Segundo ele, historicamente os segurados que estão empregados com carteira assinada ficam menos tempo recebendo o auxílio-doença, enquanto desempregados, autônomos e que contribuem de forma individual costumam receber o benefício por mais tempo. "O auxílio terminar significa ficar em vulnerabilidade", afirmou o secretário.

"Progressivamente, vamos apertar essas linhas de corte", acrescentou Portal, destacando que o auxílio-doença é concebido desde sua origem para ser um benefício de "curtíssima duração".

Apesar do plano do governo, a economia potencial com essa medida ainda não constará nas estimativas da proposta de Orçamento para 2025.

A concessão do auxílio-doença é a que mais cresce, numa velocidade muito superior aos demais benefícios da **Previdência Social**, o que levou especialistas a questionarem a eficácia e a sustentabilidade do uso da

ferramenta para as contas públicas.

Ao dispensar a perícia presencial, o Atestmed possibilita que o benefício seja concedido sem que o segurado tenha que esperar o agendamento. Ele pode enviar a documentação pelo aplicativo Meu **INSS** ou levá-la na própria agência.

Portal participou nesta quarta-feira (28) de entrevista organizada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento para detalhar a projeção de economia de R\$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias, a partir da revisão e do combate a fraudes em benefícios previdenciários e assistenciais.

Na ocasião, o secretário rebateu as críticas ao Atestmed, defendeu sua importância para economizar gastos e disse que não há indícios de que o sistema é uma porta aberta para fraudes.

"Elas [as medidas de aperfeiçoamento] têm sido promovidas, e várias delas estão sendo preparadas. Está aqui um modelo perfeito, que vai durar para sempre", disse.

O secretário afirmou que as melhorias vão aumentar a precisão na decisão dos peritos médicos para a concessão do auxílio-doença por meio de recortes de patologias e de qualidade de segurado.

"Nós nem sequer estamos concedendo mais do que era concedido [antes do Atestmed]. Estamos concedendo de forma mais rápida e mais barata", disse ele, em relação às críticas de que o sistema levou a um aumento das concessões.

Segundo o secretário, toda política deve passar por constante revisão e aprimoramento, e o que acontece agora com o Atestmed é uma curva de aprendizado.

Ele ressaltou que o aumento das concessões do auxílio-doença não é o melhor indicador para avaliar a eficácia do sistema. Segundo ele, o número está contaminado pelo desrepresamento da fila de espera, que cresceu na gestão de Jair Bolsonaro (PL).

"O crescimento de concessões que se deu estava

calcado basicamente no fato de que o Atestmed fracionou a concessão. Antes havia um mascaramento da concessão", disse.

Portal afirmou também que o represamento de pedidos desencorajou alguns segurados a pedirem o auxílio-doença, devido à perspectiva de longa espera para ter o pedido atendido. Com a redução da fila, o governo acredita haver um aumento no número de pedidos de acesso ao benefício.

Os benefícios de auxílio-doença estão passando por uma revisão. Desde o início da revisão, em julho, 258 mil beneficiários já foram avaliados pela perícia. Desse grupo, 133 mil tiveram o auxílio cessado com uma economia de R\$ 1,3 bilhão.

Segundo os técnicos do governo, embora o sistema tenha ajudado a impulsionar as concessões de benefício por incapacidade, o atendimento mais rápido do segurado evita a necessidade de grandes pagamentos de atrasados, já que a lei garante o repasse dos valores retroativos desde a data da requisição. A fila de espera tornava essa fatura mais cara para o **INSS**.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/08/inss-quer-ajustar-prazo-de-auxilio-sem-pericia-conforme-doenca-ou-tipo-de-segurado.shtml>

"Defendemos a neutralidade"

MARIA BEATRIZ GIUSTI* * Estagiária sob a supervisão de Edla Lula

» Entrevista | RENATO CORREIA | PRESIDENTE DA CEBIC

O setor imobiliário brasileiro teme impacto negativo na vida dos brasileiros que sonham em conquistar a casa própria, diante da **Reforma Tributária**. Na edição de ontem do CB.Poder, o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Renato Correia, analisou a situação do mercado da construção civil. Ele defende a neutralidade da alíquota a ser criada na **Reforma Tributária**, para que o aumento dos preços não caia sobre os ombros da população. Confira a seguir a entrevista, concedida aos jornalistas Samanta Sallum e Carlos Alexandre de Souza.

Como está o cenário para o mercado imobiliário com o avanço da nova **Reforma Tributária**?

O CBIC congrega quase cem sindicatos Brasil a fora e estamos lutando pelo combate ao deficit habitacional no Brasil. Nós temos olhado com muita preocupação a condição financeira do brasileiro de não suportar mais os aumentos de preços de imóveis, por isso nós temos mais de 6,5 milhões de habitações vazias no Brasil. Isso corresponde a quase 20 milhões de pessoas. Assim, com relação à **Reforma Tributária**, nós defendemos a neutralidade tributária, o que significa não aumentar carga para o setor. Mas isso é uma discussão de **tributos** de consumo, então nós estamos falando dos consumidores, ou seja, a nossa preocupação é que a reforma não impacte no preço que a população vai comprar.

Neutralizando os **tributos** para o setor, também mantém-se os preços para o consumidor.

Como está o processo no Senado agora?

Está previsto agora uma alíquota de 26,5% para o setor de indústria da construção, mas com um desconto de 40% para esse setor.

Ou seja, é um desconto de 40% em cima dos 26,5% de tributo. Isso fica em torno de 15,9% de imposto para o mercado imobiliário. Mas nós calculamos que é preciso aumentar o valor do desconto de 40% para 60% para conseguir neutralizar esses **tributos**. Em um exemplo prático, o aumento da carga tributária de um imóvel de R\$ 500 mil é estimado em 30,7%. Isso é

aproximadamente 4% do valor do imóvel.

Nossa grande preocupação é que 4% do preço do imóvel representa 20% do valor da entrada, o que dificulta muito para o brasileiro conseguir conquistar uma casa própria. O aumento dos **tributos** impacta, principalmente, nesse momento de dar o sinal da entrada no valor do imóvel. Isso acontece porque o valor das parcelas do financiamento é calculado a partir da renda do comprador.

Como o aumento do preço do sinal do imóvel irá impactar programas como o Minha Casa Minha Vida?

Será o mesmo impacto, com menos gente comprando porque não tem condições. Qualquer aumento de preço significa retirar algumas famílias das possibilidade de aquisição da habitação própria. E uma solução seria aumentar o subsídio. Mas continua sendo uma luta contra o deficit habitacional.

Qual é a melhor saída para enfrentar essas mudanças?

A **Reforma Tributária**, conceitualmente, leva o Brasil para um padrão de tributação compatível com os mercados desenvolvidos e nós, como sociedade, defendemos isso. Basta atender aos nossos pedidos de emenda.

Quais pontos ainda precisam ser esclarecidos nas questões da **Reforma Tributária** e do setor imobiliário?

Existem três pontos ainda a serem discutidos no Congresso. O primeiro é a redução da alíquota; o segundo é a transição da antiga **Reforma Tributária** para a nova; e o terceiro é a questão dos aluguéis - e esse é um ponto que nos preocupa muito. O aluguel, hoje, tem as tributações de imposto de renda, mas agora, será inserida a tributação de consumo. Para empresas ou pessoas que alugam vários imóveis e têm isso como atividade preponderante, o imposto de consumo será cobrado. Então, existe um aumento de carga nesse setor.

Como o setor da construção civil está, economicamente, no Brasil?

O mercado imobiliário gira em torno de R\$ 350 bilhões por ano. Na área de infraestrutura, no Brasil, são investidos na casa dos R\$ 200 bi da iniciativa privada e mais R\$ 50 bi do governo, que geram mais de 3

milhões de empregos somente no ramo da construção civil. Mas ainda não é um número bom. Precisariamos investir o dobro em infraestrutura para chegarmos ao patamar de investimento mínimo de países que têm a mesma condição que o Brasil, mas investem nesse setor.

"Existem três pontos a serem discutidos no Congresso. O primeiro é a redução da alíquota; o segundo é a transição da antiga **reforma tributária** para a nova; e o terceiro é a questão dos aluguéis"

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/6359/29-08-2024.html?all=1>

Placar no STF sobre exclusão do ISS do cálculo do PIS/Cofins é favorável aos contribuintes

Marcela Villar De São Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou ontem o julgamento que vai definir se o ISS integra a base de cálculo do PIS e da Cofins. Por enquanto, o placar está em quatro a dois contra a União e a expectativa dos contribuintes é de vitória. O otimismo leva em conta o voto de André Mendonça, único com posicionamento até então desconhecido e que foi a favor da tese das empresas.

Na prática, se considerado o entendimento que havia no Plenário Virtual, antes de um pedido de destaque e deslocamento do tema para sessão presencial, e os posicionamentos relacionados à "tese do século", já há uma maioria favorável aos contribuintes. O placar da tese do ISS, que começou no ano de 2020, estava empatado, no virtual, em quatro a quatro-no físico, o placar foi zerado, mantidos os votos dos ministros aposentados.

A ação pode causar impacto de R\$ 35,4 bilhões para a Fazenda Nacional em caso de derrota, segundo o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para o ano de 2025. O julgamento não foi concluído ontem e será retomado em outra sessão, sem previsão de retorno à pauta.

Votaram ontem três ministros: Dias Toffoli e Gilmar Mendes a favor da União e Mendonça, das empresas. E os votos dos ministros aposentados já proferidos nessa discussão foram preservados - o do relator, Celso de Mello, Rosa Weber e Ricardo Lewandowski, todos favoráveis aos contribuintes. Por conta disso, não votam os ministros Nunes Marques, Flávio Dino e Cristiano Zanin, que os substituíram, respectivamente.

A discussão se baseia no conceito de faturamento e se deveria ser aplicada a mesma conclusão da tese do século (Tema 69), que excluiu o ICMS da base do PIS e da Cofins, no ano de 2017. O voto de Mendonça era considerado decisivo pelos tributaristas porque não havia se manifestado. Além disso, o posicionamento de Luiz Fux e Mendes já era conhecido, pois votaram na tese do século - Fux pelos contribuintes e Mendes pela União.

A discussão sobre o ISS é uma das filhotes da "tese do século". Nesse caso, ficou definido que os valores do tributo estadual são meramente transitórios no caixa das companhias e têm como destino os cofres públicos. Agora, os ministros analisam se o mesmo raciocínio pode ser aplicado nesta ação. Como está em repercussão geral, a decisão impactará todos os casos semelhantes na Justiça.

Na sessão, Toffoli manteve seu voto, entendendo que o ISS integra a base de cálculo do PIS e da Cofins. Ele relembrou a manifestação no Tema 69 e disse que "continua convencido que o ICMS integra a base de cálculo do PIS e da Cofins" e que o julgamento de 2017 "não conduz" ao mesmo desfecho nesse caso.

Para ele, o consumidor final é quem paga os valores do tributo, por estarem integrados ao preço do produto ou serviço vendido ou ofertado pelas empresas, portanto, terminam fazendo parte da receita bruta das companhias e incorporados ao patrimônio delas de "maneira definitiva".

Já Mendonça acompanhou o relator, Celso de Mello (aposentado), e disse ser necessário preservar a jurisprudência da Corte. "Por coerência interna e integridade à jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, entendo imperativo estender as mesmas conclusões [do Tema 69] para o Tema 118", afirmou, na sessão. Ele propôs uma modulação do tema, isto é, limitar os efeitos da decisão para a partir da publicação da ata de julgamento.

O caso chegou ao STF no ano de 2008 por um recurso da empresa Viação Alvorada, concessionária que presta serviço de transporte rodoviário na cidade de Alvorada, na região metropolitana de Porto Alegre. Ela recorreu de um acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) favorável à inclusão do ISS na base do PIS e da Cofins. A sentença também foi contra a empresa.

O advogado da empresa no processo, o tributarista Heron Charneski, sócio do Charneski Advogados, defendeu que a tese do século deveria ser aplicada, por ser mais que filhote, e sim uma "tese-irmã". "A empresa não fatura o valor do ISS, assim como não

fatura o valor do ICMS", disse ele, em sustentação oral.

Já a representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Patrícia Grassi Osório, também em sustentação oral, afirmou que "não há qualquer parentesco" entre os temas. "Não há aqui as mesmas razões de decidir do Tema 69", disse. Na visão da União, o ISS deve ser encarado como despesa. "O ISS nada mais é do que um custo da atividade empresarial típica para quem explora determinada atividade econômica", completou Patrícia.

A procuradora lembrou que o Supremo e Superior Tribunal de Justiça (STJ), em outros julgamentos, permitiram que um tributo possa compor a base de outro tributo. Citou o julgamento que declarou constitucional o ICMS na base da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) - imposto que também incide sobre receita - em 2021 (RE 1187264). "Essa Corte, portanto, permanece entendendo que tributo pode compor a base de cálculo de outro tributo ou dele mesmo", completou.

Os contribuintes foram derrotados em quatro teses sobre **tributos** na base de **tributos** e venceram três nas Cortes superiores. Outros seis temas ainda serão julgados. Durante o julgamento de hoje, o próprio ministro Barroso ressaltou a quantidade de temas semelhantes. "Com a benção de Deus, a **reforma tributária** vai acabar com essas discussões, se entra ou não na base de cálculo do PIS e Cofins, porque ninguém aguenta mais", brincou.

A tributarista Ariane Guimarães, sócia do Mattos Filho, afirma que não é comum os ministros alterarem voto do Plenário Virtual para o físico em temas tributários. A perspectiva para os contribuintes é positiva, acrescenta, por conta do voto de Mendonça. "Era o que mais a gente precisava entender, porque não tinha diretriz sobre qual seria sua posição", diz. "Precisamos aguardar uma série de desdobramentos, mas a sinalização é positiva".

Para Heron Charneski, o voto de Mendonça foi uma manifestação relevante. "Ele trouxe precedentes que formaram o conceito de faturamento e receita na jurisprudência do STF", afirma ele em entrevista ao Valor. "Não se tem decisão definitiva, mas há um otimismo que a decisão [da tese do século] seja mantida." Daniel Ávila, sócio do Locatelli Advogados, considera que os votos de Toffoli e Mendes não focaram tanto em conceitos jurídicos, mas no impacto fiscal para a União. "Tem pouca inclinação do Supremo em respeitar o que já foi definido no colegiado", diz. Segundo ele, o artigo 926 do Código de Processo Civil (CPC) prevê que a jurisprudência nos tribunais seja respeitada. "Os votos dos ministros

são mais vontades humanas do que técnica."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187970?page=12§ion=1>

Artigo: Compra governamental pode prejudicar estados e municípios (Reforma Tributária)

Opinião

Fábio Macêdo*

A sociedade, que arca com os **tributos** sobre o consumo, sentirá os impactos da **Reforma Tributária**, mas os entes federados também são os contribuintes de fato de suas compras. Olhando por esta perspectiva, sabe-se que isso trouxe uma preocupação para os municípios. Afinal, eles são os maiores compradores governamentais, com a possibilidade de aumento da carga tributária com suas aquisições públicas de bens e serviços.

A proposta aprovada determina que a receita proveniente dos novos **tributos** estabelecidos com a **Reforma Tributária** e incidentes nas compras governamentais pertence ao ente federado que contratou.

A princípio parece uma medida interessante, pois efetivamente o ente público contratante só precisará pagar o preço do serviço ou bem adquiridos sem esses **tributos**, logo não suportaria a carga tributária incidente nas suas compras. Entretanto, não é bem assim. As alíquotas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição de Bens e Serviços (CBS) serão somadas. Irão transformar-se em alíquota do ente contratante, IBS (estados e municípios) ou CBS (União), e incidirão na compra governamental. Na prática, o próprio poder público contribuirá para sua própria receita (paga e recebe de volta o pagamento). E qual a consequência disso?

Sendo receita própria do ente federado, a tributação sobre suas compras trará para todos os entes uma diminuição de ingressos de recursos financeiros nos seus caixas, pois parte da receita dos **tributos** atuais sobre o consumo será trocada por uma parcela meramente contábil, referente à tributação de suas compras governamentais. No entanto, continuarão existindo as mesmas obrigações de gastos em educação, saúde, repasses para outros poderes sobre as receitas financeiras efetivas e as meramente contábeis.

Parece complexo, mas não é. Veja o seguinte: os

municípios compram R\$ 222 bi e os estados, R\$ 110 bi (economista Sérgio Gobetti, 2022). Admitindo que seja tributada uma alíquota total de 20% (IBS e CBS) sobre as compras governamentais, os municípios e estados terão uma redução de R\$ 44 bi e R\$ 22 bi, respectivamente, nas suas receitas futuras do IBS, que efetivamente ingressam nos seus caixas, ou seja, menos disponibilidade financeira.

Provavelmente, outras fontes de recursos que custeiam as despesas, como empréstimos e transferências voluntárias, deverão diminuir, pois entes federados necessitarão de menos recursos para comprar, em virtude de o credor e devedor de **tributos** serem a mesma pessoa. Logo, as situações fiscais dos estados e dos municípios serão agravadas; e para recuperar a receita financeira perdida só com aumento das alíquotas do IBS estadual e municipal, definidas em leis próprias de cada ente federado.

No caso dos estados, a situação será mais grave, pois terão que repassar recursos financeiros de uma receita própria de IBS, meramente contábil, para os seus municípios. Isso pelo fato de se manter a participação dos municípios na receita estadual do IBS como ocorre no ICMS, imposto de titularidade exclusiva estadual.

Para prefeitos e governadores, os riscos de terem suas contas rejeitadas pelos órgãos de controle externo serão aumentados, pelo fato de não atingirem os limites constitucionais de despesas obrigatórias e repasses para outros Poderes (Legislativo e Judiciário), pois a partir da **Reforma Tributária** tudo que comprar independentemente da origem do recurso, gerará uma receita própria meramente contábil, e estabelecerá gastos obrigatórios sem o devido lastro financeiro. Como consequência, poderemos ter milhares de prefeitos e alguns governadores inelegíveis.

Presidente da Federação Nacional dos Auditores e dos Fiscais de **Tributos** Municipais (Fenafim); presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais de **Tributos** dos Municípios e do Distrito Federal (Unafisco) e presidente do Sindicato dos Fazendários do Recife (Afrems Sindical)*

Fábio Macêdo*

A sociedade, que arca com os **tributos** sobre o consumo, sentirá os impactos da **Reforma Tributária**, mas os entes federados também são os contribuintes de fato de suas compras. Olhando por esta perspectiva, sabe-se que isso trouxe uma preocupação para os municípios. Afinal, eles são os maiores compradores governamentais, com a possibilidade de aumento da carga tributária com suas aquisições públicas de bens e serviços.

A proposta aprovada determina que a receita proveniente dos novos **tributos** estabelecidos com a **Reforma Tributária** e incidentes nas compras governamentais pertence ao ente federado que contratou.

A princípio parece uma medida interessante, pois efetivamente o ente público contratante só precisará pagar o preço do serviço ou bem adquiridos sem esses **tributos**, logo não suportaria a carga tributária incidente nas suas compras. Entretanto, não é bem assim. As alíquotas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição de Bens e Serviços (CBS) serão somadas. Irão transformar-se em alíquota do ente contratante, IBS (estados e municípios) ou CBS (União), e incidirão na compra governamental. Na prática, o próprio poder público contribuirá para sua própria receita (paga e recebe de volta o pagamento). E qual a consequência disso?

Sendo receita própria do ente federado, a tributação sobre suas compras trará para todos os entes uma diminuição de ingressos de recursos financeiros nos seus caixas, pois parte da receita dos **tributos** atuais sobre o consumo será trocada por uma parcela meramente contábil, referente à tributação de suas compras governamentais. No entanto, continuarão existindo as mesmas obrigações de gastos em educação, saúde, repasses para outros poderes sobre as receitas financeiras efetivas e as meramente contábeis.

Parece complexo, mas não é. Veja o seguinte: os municípios compram R\$ 222 bi e os estados, R\$ 110 bi (economista Sérgio Gobetti, 2022). Admitindo que seja tributada uma alíquota total de 20% (IBS e CBS) sobre as compras governamentais, os municípios e estados terão uma redução de R\$ 44 bi e R\$ 22 bi, respectivamente, nas suas receitas futuras do IBS, que efetivamente ingressam nos seus caixas, ou seja, menos disponibilidade financeira.

Provavelmente, outras fontes de recursos que custeiam as despesas, como empréstimos e transferências voluntárias, deverão diminuir, pois entes

federados necessitarão de menos recursos para comprar, em virtude de o credor e devedor de **tributos** serem a mesma pessoa. Logo, as situações fiscais dos estados e dos municípios serão agravadas; e para recuperar a receita financeira perdida só com aumento das alíquotas do IBS estadual e municipal, definidas em leis próprias de cada ente federado.

No caso dos estados, a situação será mais grave, pois terão que repassar recursos financeiros de uma receita própria de IBS, meramente contábil, para os seus municípios. Isso pelo fato de se manter a participação dos municípios na receita estadual do IBS como ocorre no ICMS, imposto de titularidade exclusiva estadual.

Para prefeitos e governadores, os riscos de terem suas contas rejeitadas pelos órgãos de controle externo serão aumentados, pelo fato de não atingirem os limites constitucionais de despesas obrigatórias e repasses para outros Poderes (Legislativo e Judiciário), pois a partir da **Reforma Tributária** tudo que comprar independentemente da origem do recurso, gerará uma receita própria meramente contábil, e estabelecerá gastos obrigatórios sem o devido lastro financeiro. Como consequência, poderemos ter milhares de prefeitos e alguns governadores inelegíveis.

Presidente da Federação Nacional dos Auditores e dos Fiscais de **Tributos** Municipais (Fenafim); presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais de **Tributos** dos Municípios e do Distrito Federal (Unafisco) e presidente do Sindicato dos Fazendários do Recife (Afrem Sindical)*

Sítio:

<https://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2024/08/6929966-artigo-compra-governamental-pode-prejudicar-estados-e-municipios.html>

Reforma tributária: Lira trava votação de destaques do PLP 108 para pressionar Haddad (Reforma tributária)

Nivaldo Souza

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP -AL), avalia a possibilidade de não votar na semana de esforço parlamentar marcada para os dias 9 a 13 de setembro os sete destaques que faltam para concluir a primeira fase de votação do PLP 108/2024, que regulamenta o Comitê Gestor do IBS.

Ele pretende travar a votação dos destaques em plenário, contrariando a expectativa do líder do governo, deputado José Guimarães (PT -CE). O petista afirmou nesta quarta-feira (28) que trabalha para concluir a votação e enviar o projeto para o Senado votar e o texto retornar para a palavra final da Câmara antes do final do ano, o que é crucial para a implementação da reforma a partir de 2026.

Lira pressiona o ministro Fernando Haddad (Fazenda) a desfazer acordo com o Senado para retirar a urgência constitucional do PLP 68/2024, cujo alvo é a regulamentação do regime de incidência da CBS e do IBS. A retirada da urgência permitiria ao Senado votar o projeto somente em novembro, após as eleições municipais.

Nos bastidores, Lira avalia que, se o relator do PLP 68 no Senado, senador Eduardo Braga (MDB-AM), fizer muitas mudanças no projeto aprovado pela Câmara em julho, os deputados correm o risco de não concluir a apreciação das alterações antes do fim do ano.

Isto porque o feriado de 15 de novembro será numa sexta-feira, o que costuma esvaziar Brasília por uma semana.

O cálculo é que se o projeto chegar na Câmara na segunda quinzena de novembro, os deputados teriam cerca de um mês para analisar o texto antes do recesso, marcado para 22 de dezembro.

No último mês do ano, o Congresso também vai se concentrar para aprovar o Orçamento de 2025.

De acordo com interlocutores, o presidente da Câmara considera que a conclusão da reforma pode ficar para seu sucessor. A reforma é vista como legado para

Lira. Ele vê essa possibilidade como injusta com o esforço dele para avançar uma reforma aguardada há mais de três décadas. Já o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD -MG), deixaria o comando da Casa tendo concluído sua parte.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2024/08/reforma-tributaria-lira-trava-votacao-de-destaques-do-plp-108-para-pressionar-haddad.shtml>

A competência dos entes federados para a fiscalização das "Emendas Pix" - VISÃO DO DIREITO

Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira

Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira - É procuradora do Ministério Público de Contas do DF, graduada e mestre em direito público pela UnB

Muito se tem falado sobre as chamadas "Emendas PIX", que nada mais são do que a destinação de recursos, por deputados e senadores, diretamente aos entes federados, na modalidade de "transferência especial". Apesar de esse modo de proceder haver sido previsto nas emendas constitucionais (ECs) 86/2015, 100/2019, 105/2019 e 126/2022, somente no ano em curso, essas normas foram questionadas perante o Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) 7688, 7695 e 7697.

Antes, em 2021, houve o protocolo da ADPF 854, no bojo da qual, a partir do voto proferido pelo senhor ministro Flávio Dino, foram declaradas incompatíveis com a ordem constitucional brasileira as práticas orçamentárias viabilizadoras do chamado "orçamento secreto". Em razão disso, aquelas ações diretas atrás referidas foram, também, distribuídas ao mesmo ministro, tendo proferido relevantes decisões, no mês de agosto do corrente, para, entre outros, afirmar que os controles devem ser exercidos mediante a atuação do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU); admitir, excepcionalmente, a continuidade da execução das transferências especiais ("emendas PIX") nas hipóteses de obras já em andamento (observadas as condições que especifica) e calamidade pública; e, por fim, impedir qualquer interpretação que confira caráter absoluto à impositividade de emendas parlamentares, devendo obediência à técnica, à transparência, etc.

No Tribunal de Contas do DF (TCDF), tramitam duas importantes representações do Ministério Público de Contas do DF (35/2024- G2P, processo 8452/24-TCDF, e 38/24, processo 8420/24), sobre a destinação de emendas individuais (de iniciativa de parlamentares federais pelo DF), que serviram de base para a posterior celebração de dois Termos de Fomento, firmados entre a Secretaria de Saúde do DF e organizações da sociedade civil, sendo um, no valor

de mais de R\$18 milhões, e outro, de mais de R\$ 14 milhões.

As suspeitas de irregularidades, em tese, são graves e várias. No entanto, apenas um desses Termos foi suspenso pelo TCDF.

Quanto ao outro, adiou-se a votação, em face dos recentes entendimentos do STF. Ocorre que, a partir de várias decisões do TCU (por exemplo, Processo TC 030.677/2022-0), a competência do TCDF pode ser considerada, inclusive, primária.

De fato, a Lei Orgânica do DF (art. 78) é expressa ao atribuir ao TCDF a competência para fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados ao Distrito Federal.

Por isso, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já decidiu que, considerada a autonomia própria local, a fiscalização pelo TCU não impede a realização de fiscalização pelo TCDF, pois o DF tem pleno e legítimo interesse na regular prestação dos serviços [de saúde] no seu território (RMS 61997). Além disso, não fosse por tudo o que atrás se expôs, a questão das transferências especiais amolda-se, ainda, ao formato jurídico-constitucional dos Fundos de Participação, com receitas de **impostos** da União, transferidos e incorporados ao patrimônio dos entes federados.

Assim, "Como esses recursos pertencem aos municípios", a fiscalização de sua aplicação é de competência dos tribunais de contas estaduais e/ou municipais, quando houver" (Acórdão 977/17-Plenário TCU).

Com efeito, na modalidade de transferência especial, também, os recursos pertencerão ao ente federado (Art. 166-A, § 2º, II da Constituição Federal). Coerentemente, então, decidiu o TCU, em sede de consulta (com caráter normativo), que a fiscalização das despesas efetuadas por meio de transferência especial é de competência do sistema de controle local (incluindo o respectivo Tribunal de Contas). Ao TCU (competente, mas, não, de forma exclusiva), cabe a verificação das condicionantes que legitimam o repasse desses recursos (Acórdão 518/23- TCU, itens

9.2.1 e 9.2.2).

Concluindo, as decisões do TCU (atrás referidas) e do STF (ADI 7688), podem conviver em harmonia, respeitando o nosso federalismo e a autonomia dos Estados, DF e Municípios, já que não se afasta a competência de nenhum dos entes federados, nem mesmo da União, sendo complementares.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/6349/29-08-2024.html?all=1>

A questão sobre a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS/Cofins - VISÃO DO DIREITO

Taís da Silva Araújo e Aléxia Silva Mutinelli

Taís da Silva Araújo - Advogada do escritório Paschoini Advogado

Aléxia Silva Mutinelli - Advogada do escritório Paschoini Advogado

O Supremo Tribunal Federal retomou o julgamento do Recurso Extraordinário nº. 592.616 - Tema 118, que discute a constitucionalidade da inclusão do ISS (Imposto Sobre Serviços) na base de cálculo do PIS e da COFINS. Este julgamento é de extrema relevância para o cenário tributário brasileiro e tem o potencial de provocar mudanças significativas tanto para os contribuintes quanto para a administração fiscal.

O Tema 118, trata da possibilidade de retirar o ISS, um tributo municipal devido pelo prestador do serviço ao município onde ele registra suas operações, da base de cálculo do PIS e da COFINS, que são **tributos** federais para financiar a **seguridade social** e são calculados sobre o faturamento total mensal da empresa.

O cerne da discussão está na interpretação do conceito de "receita" e se o ISS, que é um valor repassado aos municípios, pode ser considerado parte da receita bruta da empresa para fins de cálculo dessas contribuições. A questão é considerada como "tese filhote" ao que foi discutido e definido no Tema 69, em que restou decidido pelo STF que o ICMS não deve integrar a base de cálculo do PIS e da Cofins, haja vista que a parcela do ISS se trata de receita transitória no caixa das empresas que é repassado aos cofres públicos municipais, portanto, não compõe faturamento efetivo dos contribuintes.

Estima-se que o impacto aos cofres públicos será de aproximadamente de R\$ 7 bilhões ao ano, caso o julgamento apresente resultado favorável aos contribuintes.

Até o momento, o julgamento do Tema 118 tem sido marcado por debates intensos. A questão se iniciou no STF em 2008, e somente em julgamento virtual de 14/08/2020, o ex-ministro Celso de Mello, iniciou a

votação proferindo-se a favor da exclusão do ISS na base de cálculo do PIS e Cofins. Ou seja, os votos dos ministros, na fase inicial, mostraram uma tendência favorável à exclusão do ISS.

Contudo, com o reinício da votação em 20/08/2021, a votação estava empatada em quatro votos a favor e quatro votos contra, quando novamente foi retirada de julgamento com o pedido de destaque feito pelo ministro Luiz Fux, motivo pelo qual, o tema foi retirado do plenário virtual e deve voltar em sessão presencial.

A expectativa é que o STF aplique ao Tema 118 o mesmo entendimento que foi adotado no Tema 69, considerando que ambos os temas envolvem o conceito de receita. O entendimento contrário, por sua vez, defende que o ISS possui técnica de arrecadação própria, diferente do ICMS. Também, o ICMS é não-cumulativo, enquanto o ISS é cumulativo e a não-cumulatividade seria um dos requisitos para determinar que um tributo integre a base de cálculo do PIS/Cofins.

Se o STF decidir pela exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da Cofins, o impacto será significativo. Isso porque, as empresas poderão reduzir sua carga tributária e recuperar valores pagos a mais nos últimos cinco anos, referente ao ISS incluído indevidamente na base de cálculo do PIS e da Cofins. Importante destacar que a discussão também incluiu a questão da modulação dos efeitos, podendo haver um cenário de limitar a decisão às ações já ingressadas ou restringir a compensação até a data do requerimento da ação.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6349/29-08-2024.html?all=1>

STF: decisão com impacto de R\$ 35 bi para União deve ser por 1 voto

DANIEL GULLINO BRASILIA

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou ontem o julgamento que discute se o valor do ISS deve ser incluído na base de cálculo do PIS/Co-fins, um caso que pode ter impacto de R\$ 35 bilhões para o governo federal. A sessão foi interrompida, contudo, depois de três votos, e será retomada no futuro. Caso sejam confirmados todos os votos já dados no plenário virtual, o placar ficaria em cinco a cinco, e o voto definitivo seria do ministro Luiz Fux.

O ISS é um imposto municipal, enquanto PIS e Cofins são federais. A discussão, portanto, é se é legal cobrar imposto sobre imposto. No projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2025, o governo federal estimou um impacto de R\$ 35,4 bilhões em caso de derrota. O caso se assemelha à "tese do século", quando o STF determinou a retirada do ICMS (imposto estadual) da base de cálculo do PIS/Cofins.

O julgamento começou no plenário virtual, em 2020 e 2021. Três ministros aposentados -Celso de Mello, Rosa Weber e Ricardo Lewandowski -votaram, e suas posições serão mantidas. Já os magistrados que permanecem podem alterar seus votos.

O relator era Celso de Mello, que votou por considerar a inclusão inconstitucional. Ele foi acompanhado por Cármen Lúcia, Rosa Weber e Ricardo Lewandowski. Dias Toffoli abriu divergência e votou para permitir a cobrança, sendo seguido por Alexandre de Moraes, Edson Fachin e Luís Roberto Barroso.

Toffoli reafirmou sua posição e disse que o caso é diferente da "tese do século", porque o ISS, ao contrário do ICMS, não estaria sujeito à não cumulatividade, portanto, PIS e Cofins poderiam incidir sobre o ISS: -No ISS, contudo, não existe aquela técnica de arrecadação, que é própria do ICMS. O imposto municipal não está sujeito à não cumulatividade. O contribuinte do ISS é o prestador de serviços. É ele, portanto, quem deve pagar, em nome próprio, o tributo.

O ministro André Mendonça seguiu a posição de Celso de Mello, afirmando que o STF deve manter o mesmo entendimento que teve com o ICMS, e criticou o que chamou de "oscilação da jurisprudência" da Corte: -Eu mesmo já tive a oportunidade de demonstrar

preocupação institucional acerca da oscilação da jurisprudência do Supremo em matéria de base de cálculo de **tributos**.

Em seguida, Gilmar Mendes concordou com Toffoli, e o julgamento foi suspenso. Não foi definida uma data de retorno. Moraes, Fachin, Barroso e Cármen ainda precisam confirmar se mantêm seus votos. Flávio Dino, Cristiano Zanin e Nunes Marques não votam neste caso, porque seus antecessores já se manifestaram.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo vai propor este ano a taxaço de "big techs"

(Thaís Barcellos e Bernardo Lima)

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou ontem que o governo deve propor ainda este ano um projeto para tributação de grandes empresas de tecnologia, as chamadas big techs.

De acordo com Durigan, a discussão sobre a taxaço dessas empresas já está mais madura no mundo e é preciso trazer o tema para o Brasil. Ele explicou, contudo, que a projeção de receita com a medida não estará presente no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2025. A proposta do Orçamento de 2025 será apresentada amanhã.

- Não consta da lei orçamentária a tributação de big techs. Mas já há maturidade na discussão pelo mundo, que precisamos trazer para o Brasil, dialogando com o "Pilar 1" da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Não para o Ploa, mas no segundo semestre vamos descortinar esse tema da taxaço das bigtechs -explicou o secretário da Fazenda.

O "Pilar" da OCDE é uma base para determinar os **impostos** sobre empresas multinacionais. Uma das possibilidades é a criação de uma Cide específica para as big techs, informou a Folha de S.Paulo. A Cide é a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, imposto regulatório, que tem vigência imediata.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Manifesto de líderes propõe pacto ambiental com 3 Poderes

Marcos de Moura e Souza De São Paulo

Empresários e altos executivos de algumas das maiores empresas privadas do país se uniram em torno de um manifesto em prol de mais ações pela preservação ambiental.

Além de reforçar um sentimento de urgência a favor de mudanças de hábitos e processos, um dos objetivos dos signatários é sinalizar ao governo federal a disposição de grandes grupos empresariais em ajudar no avanço de políticas que congreguem desenvolvimento econômico e respeito à natureza.

O manifesto tem o título de "Pacto econômico com a natureza" e foi publicado na edição de ontem de alguns veículos de comunicação, entre eles o Valor.

O texto reúne 52 assinaturas, entre elas as de Ana Paula Pessoa (Credit Suisse), Eduardo Bartolomeo (Vale), Eugênio Mattar (Localiza), Fabiana Alves (Rabobank) Guilherme Benchimol e José Berenguer (XP), Guilherme Leal (Natura), Jayme Garfinkel (Porto Seguro), Marcos Molina (Marfrig), Rubens Menin (MRV) e Rubens Ometto (Cosan).

"A catástrofe humanitária no Rio Grande do Sul e o recorde de focos de incêndio no Pantanal tornam ainda mais urgente a necessidade de unirmos esforços para enfrentar os desafios **impostos** pelas mudanças climáticas", diz o documento.

"Precisamos colaborar com o Executivo na estratégia de combate ao desmatamento ilegal e na recuperação de áreas degradadas. Precisamos contribuir com o Legislativo na criação de leis que disciplinem o licenciamento ambiental e protejam as florestas. Precisamos incentivar um Judiciário atuante na defesa do direito constitucional ao meio ambiente, algo em que o Brasil, aliás, foi pioneiro e referência."

Horácio Lafer Piva (presidente do conselho da Klabin) - que juntamente com Canclio Bracher (ex-presidente do Itaú Unibanco e atual integrante do conselho do banco) e Pedro Bueno (vice-presidente do conselho da Dasa)-esteve engajado na elaboração do documento e na reunião das assinaturas, disse à reportagem que a sensação é que os alertas das mudanças do clima não produzem ainda respostas à altura.

"Queremos disseminar ainda mais a ideia e a compreensão do que está acontecendo nos deixa às vezes exasperados com essa dinâmica do curto prazo, com essa falta de preocupação que nós estamos tendo apesar de tantos avisos da natureza", disse Piva.

O governo de Jair Bolsonaro foi fortemente criticado por declarações e ações apontadas como contrárias à preservação ambiental. Já o governo Lula apontou os problemas da gestão anterior, mas também tem falhado ao combater as queimadas que tomam conta de várias regiões do país.

"Tivemos uma mudança de postura e de discurso, mas nós ainda carecemos de uma organização para enfrentar o problema", disse Bracher. O Brasil, lembra ele, não tem ainda uma estratégia de longo prazo, que é o documento que aponta como o país chegará a 2050 com zero de emissões de carbono, como está no Acordo de Paris. Não há ainda tampouco um regimento para o mercado nacional de créditos de carbono.

"O documento [do empresariado] é uma manifestação de preocupação e eu diria de preocupação e de solidariedade com o governo. Nós estamos vendo as dificuldades e nós queremos ajudar. Ou seja, existe apoio na sociedade para que o governo tome medidas no sentido de proteger o país dos efeitos do aquecimento global", disse ele.

Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva; o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco; o presidente da Câmara, Arthur Lira; e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, assinaram um compromisso batizado de Pacto Pela Transformação Ecológica. O texto definiu que será dada prioridade a legislações ambientais, a aceleração de medidas que promovam o ordenamento territorial e a transição para uma economia de baixo carbono. O texto também prevê incentivo a atividades econômicas que "gerem emprego de qualidade, com respeito à preservação dos bio-mas", entre outras medidas.

Segundo Piva, a intenção dos empresários é colaborar com o Estado. "O esforço todo é deixar claro que há um grupo de pessoas físicas que representam empresas e que estão igualmente preocupadas, tanto que seus presidentes e representantes estão aqui se

manifestando e, de alguma forma, se colocando, eles e as suas empresas, à disposição de avançar na discussão deste pacto com a natureza. Ou seja, o que a gente está tentando mostrar é: "governo, não se sintá só". O governo é grande, mas a soma dessas pessoas que estão aqui também é grande e todos estão dispostos a fazer com que um mais um seja igual a três."

No "Pacto econômico pela natureza" há uma admissão de que não há fórmulas prontas. O que há, afirma Cândido Bracher, é um reconhecimento crescente de que o tempo está se esgotando.

"Começamos a ter custos muito importantes. As enchentes no Sul, os incêndios representam custos muito grandes para a economia. E isso vai comer do nosso **PIB**, quando deveria acrescentar ao **PIB**, porque o Brasil tem tudo a ganhar com a economia verde."

O pacto do setor empresarial aponta ainda que não é justo cobrar apenas do governo medidas e também que não seria produtivo apontar culpados.

"Entendemos que cabe à iniciativa privada acelerar a adaptação da nossa economia à nova realidade do clima seja porque as atuais fontes de geração de riqueza estão sob risco seja porque uma mobilização de conformidade ambiental dará acesso a mais recursos e mercados", aponta o texto.

Em 2025, o Brasil será sede da COP, o fórum de discussões sobre enfrentamento à crise climática. Os empresários afirmam que é fundamental que o Brasil leve ao evento as diretrizes e metas de um plano - ainda a ser construído - com vistas à descarbonização.

"O empresariado e os Três Poderes precisam se unir o quanto antes para encarar esse desafio, em uma coalizão em defesa do nosso meio ambiente, da nossa economia e da prosperidade da nossa população", aponta a carta dos empresários.

Bracher e Piva estão otimistas. "Acho que podemos nos tornar o primeiro país do G20 a chegar no net zero [que é um resultado líquido de emissões próximo de zero]. Em isso ocorrendo é incalculável o potencial de crescimento da nossa economia dentro de um mundo e vai estar se mudando para a economia verde", disse Bracher.

Piva acrescenta: "Eu tenho enormes preocupações com o presente, mas mantenho uma ação muito otimista porque eu acho que os instrumentos nós temos no Brasil". O que não pode faltar, segundo ele, é o senso de urgência. "A gente precisa trazer o sentido de urgência para isso e fazer acontecer."

"É urgente unirmos esforços diante das mudanças climáticas"

Pacto com a Natureza

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187970?page=12§ion=1>

Por impacto no ambiente, Banco Mundial sugere imposto extra sobre combustíveis

Estevão Taiar De Brasília

A cobrança de um imposto, além do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), de R\$ 0,91 e R\$ 2,26 sobre o litro de gasolina e diesel, respectivamente, compensaria os efeitos negativos que o consumo desses itens possui sobre meio ambiente e saúde pública. As estimativas são de estudo do Banco Mundial, antecipado ao Valor, a respeito dos impactos que a **reforma tributária** do consumo poderá ter sobre combustíveis.

Os autores reconhecem que a cobrança do imposto adicional afetaria negativamente a renda das famílias mais pobres. Mas sugerem mecanismos para compensar esse impactos, como a devolução direcionada de recursos para esse grupo.

"Os combustíveis têm impactos negativos bastante claros e provados para o meio ambiente, a saúde etc.", diz Cornelius Fleischhaker, economista-sênior do Banco Mundial para o Brasil e um dos autores do estudo, ao lado de Daniel Navia e Heron Rios. Os autores escrevem que a "tributação insuficiente dos combustíveis" leva a um "consumo excessivo" que amplifica "as externalidades negativas", como são classificados tecnicamente os impactos negativos.

O estudo do Banco Mundial é baseado em uma estimativa de que o custo social do carbono, um conceito que busca medir impactos ambientais, econômicos e sociais negativos da emissão do gás, é de US\$ 60 por tonelada de dióxido de carbono. A partir daí, o órgão projeta que um imposto de R\$ 0,91

cobrado sobre o litro de gasolina forneceria "incentivos" suficientes "aos condutores para alterarem o seu comportamento de uma forma que melhore o bem-estar social". No caso do diesel e do etanol, esse imposto seria respectivamente de R\$ 2,26 e R\$ 0,22.

Em tramitação no Senado, a **reforma tributária** do consumo estabelece alíquota fixa em centavos ou reais ("acl rem") do IVA sobre combustíveis, de acordo com tipo e quantidade do produto. O texto permite que biocombustíveis e hidrogênio verde, menos poluentes, tenham "diferencial competitivo" por meio de uma alíquota menor. Mas o projeto não inclui os combustíveis entre os setores sobre os quais incidirá o Imposto Seletivo, cujo objetivo é justamente "coibir

comportamentos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente", na definição do Ministério da Fazenda.

O trabalho do Banco Mundial leva em conta a incidência da alíquota de referência, estabelecida pela pasta, de 26,5% do IVA sobre combustíveis. Considerando tanto o IVA quanto o imposto que busca diminuir os impactos negativos, o órgão calcula que a carga tributária total sobre o litro de combustível seria de: R\$ 2,16 para a gasolina, R\$ 4,06 para o diesel e R\$ 1,07 para o etanol, respectivamente.

Segundo o Banco Mundial, os montantes são superiores à carga total que incide neste momento sobre os três combustíveis, atualmente em R\$ 2,06, R\$ 1,38 e R\$ 0,68. O cálculo foi feito com base em informações da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis) e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Brasil (ANP). No caso da gasolina, entra na conta o montante de R\$ 0,1 referente à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide)-que, assim como o imposto adicional, tem objetivos principalmente regulatórios e não de arrecadação.

Por causa do aumento da carga com as mudanças sugeridas, os autores reconhecem que "tributar o combustível de acordo com as externalidades reduziria, por si só, os rendimentos das famílias, especialmente dos pobres". Nos cálculos dos pesquisadores, a tributação necessária para compensar os efeitos, decorrentes do consumo de combustíveis, "da poluição atmosférica local" sobre a saúde pública resultaria "em perdas de renda de cerca de 6% para os mais pobres".

Assim, o grupo apresenta medidas para "mitigar o impacto regressivo" da tributação adicional. Uma possibilidade seria a implantação "transferências específicas" para a população mais pobre. Segundo os pesquisadores, uma política "compensando as perdas sofridas pelos 25% mais pobres da população" custaria aproximadamente 10% da receita gerada pelos **impostos** totais sobre combustíveis. Outra opção, embora "menos progressiva", seria usar a receita proveniente do imposto adicional para reduzir a alíquota geral do IVA, para todos os produtos.

Para Ricardo Soriano, ex-procurador-geral da Fazenda

Nacional e sócio da área tributária do Figueiredo e Velloso Advogados, a incidência de uma carga tributária "extrafiscal" sobre os combustíveis é algo "legítimo", mas que exige "muito cuidado" justamente porque "acaba atingindo fortemente os mais pobres". Ele sugere como alternativa o estímulo a combustíveis menos poluentes ou carros elétricos e movidos a hidrogênio.

Em nota, o Ministério da Fazenda destaca que a reforma prevê que a alíquota do IVA sobre combustíveis "pode ser diferenciada" entre aqueles mais poluentes, como fósseis, e os menos poluentes, como biocombustíveis. Assim, não é "necessário utilizar o Imposto Seletivo" para fazer essa diferenciação.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187970?page=12§ion=1>

Reações a Galípolo no comando do BC

» ROSANA HESSEL » FERNANDA STRICKLAND

O economista Gabriel Galípolo escolhido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ser o futuro presidente do Banco Central, após o fim do mandato de Roberto Campos Neto, terá grandes desafios pela frente. Dentre eles, precisará recuperar a confiança do mercado em relação à autonomia da instituição sob a sua gestão, pois, dependendo de como atuar, poderá enterrá-la de vez, de acordo com analistas ouvidos pelo Correio.

O anúncio da indicação de Galípolo foi feito, ontem, pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no Palácio do Planalto, após reunião com Lula. O chefe da equipe econômica afirmou que o governo vai trabalhar na escolha dos três nomes para compor a diretoria do Banco Central até o fim do ano. Além do cargo de diretor de Política Monetária, que ficará vago após Galípolo assumir a presidência, também acabam, no ano que vem, os mandatos dos atuais diretores de Regulação, Otávio Damaso, e de Relacionamento, Carolina Barros.

Pouco depois do anúncio, o Banco Central divulgou uma nota contendo as felicitações de Campos Neto ao atual diretor de Política Monetária do BC. Ele garantiu que, após a sabatina e a aprovação pelo Senado Federal (ainda sem data marcada), "a transição dos mandatos será feita da maneira mais suave possível, preservando a missão da instituição". "Campos Neto tem trabalhado de forma harmônica e construtiva com o diretor Galípolo desde a sua chegada ao Banco Central. Campos Neto deseja a Galípolo muito sucesso nessa nova fase da sua vida profissional", acrescentou o **comunicado**.

A principal missão do Banco Central é preservar o valor da moeda e manter a **inflação** dentro da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), atualmente de 3%, com limite superior de 4,5%.

A autonomia da instituição foi conquistada em 2021, e o primeiro mandato de um presidente nesse novo regime termina em dezembro deste ano.

Agentes financeiros seguirão atentos aos movimentos de Galípolo nas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, antes de assumir o cargo, e depois, no comando da instituição. "Ainda existe um grau de desconfiança de que será preciso acompanhar ao longo dos próximos anos como é que vai ser o comportamento do BC na

condução da política monetária e como vai ser a atuação de Galípolo à frente da instituição", destacou Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

"Parte dessa incerteza, de certa forma, como a questão de o BC cogitar em aumentar os juros devido à expectativa de **inflação** elevada, mantendo-se em 4%, tem muito a ver com esses ruídos que foram construídos justamente por parte dessa turma nova de diretores que entrou no Copom. Então, o BC vai ter um grande trabalho de desconstruir esse ruído todo que foi feito recentemente", acrescentou.

Ele lembrou que parte desse ruído "foi construída justamente por conta deste Banco Central que está sendo criado pelo atual governo". "Há um trabalho de dissuasão por parte desse novo Banco Central que vai precisar ser feito, que ainda está para ser testado. Isso que a gente vai ter que acompanhar nos próximos anos", complementou.

O economista Tony Volpon, ex-diretor do Banco Central e professor da Georgetown University, em Washington, destacou que Galípolo não era um nome óbvio para o cargo, especialmente pela idade e pela experiência profissional.

"Mas, como ele ficou quase dois anos na diretoria no BC, e eu sei que, pois já estive lá dentro, sei que a instituição é uma grande escola. Por isso, acho que qualquer deficit de experiência ou conhecimento que ele tinha, deve ter sido sanado nesse período", afirmou. De acordo com Volpon, como Galípolo tem um relacionamento muito próximo ao governo, até em nível pessoal, com o ministro da Fazenda e com o presidente da República, ele pode usar esse relacionamento próximo para poder explicar, quando for necessário, para diminuir esse ruído entre o Planalto e o BC, nessa relação difícil entre Campos Neto e Lula, "que tem gerado muito ruído no mercado, muita volatilidade, tudo isso muito ruim para a economia como um todo".

Volpon disse que espera que o fato de Galípolo usar esse relacionamento para diminuir os ruídos no mercado, como aconteceria entre Lula e o ex-presidente do BC Henrique Meirelles, no primeiro mandato do petista.

"Mas também temos o risco de ter o BC não tendo aquele compromisso incondicional com a meta e ter um receio do mercado em relação a isso. Explica em parte a desancoragem das expectativas que você vê

hoje no Focus e ele vai ter que endereçar isso. Ele vai ter que se provar, já que agora ele é nomeado. Obviamente, a decisão que ele vai tomar no cupom de setembro, o voto dele no cupom de setembro e nos próximos cupons vão ser extremamente importantes para ver se, para ele sinalizar ao mercado o compromisso que ele tem ou não com o sistema de metas", alertou.

-

Mercado ainda com pé atrás

A confirmação da escolha do atual diretor de Política Monetária do BC para a presidência da instituição era esperada pelo mercado. Economista da linha heterodoxa, Galípolo ocupou, por seis meses, a secretaria executiva do Ministério da Fazenda, antes de ser indicado para uma das diretorias do BC. Recentemente, vinha dando declarações ortodoxas (mais duras em relação à **inflação**), na contramão do que pedia Lula, quando criticava Campos Neto por manter a taxa básica da economia (Selic) no atual patamar, de 10,50% ao ano, em vez de cortar os juros.

Após a última reunião do Copom, no fim de julho, quando o colegiado deixou a porta aberta para uma possível alta da Selic ainda neste ano, Galípolo alinhou o seu discurso com Campos Neto.

Mas ele ainda não convenceu completamente o mercado. Ontem, depois do anúncio, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) registrou alta de 0,42% e fechou a 137.344 pontos. Enquanto isso, o dólar voltou a subir, fechando a R\$ 5,555 para a venda, com valorização de 0,96% sobre a véspera.

Ao comentar sobre a escolha de Galípolo, José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do banco Fator, elogiou o economista e reconheceu que "a desconfiança de parte do mercado sobre a independência de Galípolo em relação a Lula sustenta boa parte da deterioração recente no câmbio e nos juros". "Mas o sinal do Copom tem sido reiteradamente subscrito e reafirmado pelo diretor de política monetária do BC e deve se materializar em avaliações, votos e decisões para manter a crucial convergência de expectativas que marca o regime de metas de **inflação**", afirmou. Gonçalves destacou que Galípolo tem trânsito entre diferentes segmentos da sociedade e seus representantes, além de ter participado da campanha de 2022.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6359/29-08-2024.html?all=1>

Lula indica Galípolo ao comando do BC

Gabriel Galípolo é o nome indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para assumir a presidência do Banco Central, anunciou ontem o ministro da Fazenda Fernando Haddad (Fazenda). Se aprovado pelo Senado Federal, ele assume o comando da instituição com a missão de angariar a confiança do mercado financeiro, que teme um BC leniente no combate à **inflação** em 2025, quando o Comitê de Política Monetário (Co-pom) terá maioria dos integrantes indicados pelo presidente Lula.

O atual diretor de Política Monetária do BC vai suceder Roberto Campos Neto, à frente da instituição desde 2019, por indicação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e cujo mandato termina em 31 de dezembro.

Aos 42 anos, Galípolo foi um dos conselheiros de Lula na campanha presidencial de 2022 e atuou como número dois de Haddad. Desde que assumiu o posto no BC, ele manteve canal direto com o chefe do Executivo. Os dois conversam até sobre as contas públicas e a antecipação de riscos fiscais pelo mercado financeiro.

A habilidade de uma comunicação direta e sem tom professoral, o que costuma irritar o presidente, foi reconhecida até mesmo pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), quando Galípolo era secretário-executivo da Fazenda.

Aos olhos de Lula, Galípolo é um "menino de ouro", "competentíssimo" e "de uma honestidade ímpar". "Obviamente ele tem todas as condições para ser presidente do Banco Central", disse o chefe do Executivo em junho.

escolha esperada

A escolha por Galípolo no comando do BC já era dada como certa pelo mercado financeiro e por integrantes do Senado Federal, responsável pela sabatina e pela aprovação dos nomes indicados à autoridade monetária pelo chefe do Executivo.

Segundo a lei da autonomia da autoridade monetária, aprovada em 2021, cabe ao presidente da República a indicação dos nomes para a cúpula do BC. Posteriormente, os indicados passam por sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal. Os escolhidos são, então, levados ao plenário para aprovação.

Um sinal que reforçou a percepção de autoridades

dentro do governo de que o diretor de Política Monetária seria o escolhido para suceder Campos Neto foi a sua participação em um jantar do presidente Lula, no fim de junho, na casa de Haddad com um grupo de economistas de dentro e de fora do governo.

No encontro, houve o alerta sobre a possibilidade de alta da **inflação** caso o dólar seguisse disparando. No jantar, que reuniu expoentes do chamado desenvolvimentismo, Lula foi aconselhado a moderar suas falas para não dar combustível à crise - naquele momento, o dólar chegou a superar R\$ 5,70.

Galípolo estava presente no evento, organizado em um momento de grande tensão em torno do aumento da desconfiança de que o governo Lula proporia mudanças nas regras do arcabouço.

Após esse encontro, Lula acabou dando sinal verde para Haddad anunciar dias depois que o governo faria um congelamento de R\$ 15 bilhões em despesas do orçamento deste ano e economizaria R\$ 25,9 bilhões em gastos com revisão de despesas obrigatórias de benefícios previdenciários e sociais em 2025.

Poucos dias antes do jantar, em 24 de junho, Galípolo foi chamado a viajar com o presidente Lula num voo de São Paulo a Brasília. A viagem não constou nas agendas de Lula e do diretor, mas foi confirmada pela Folha de São Paulo.

No dia seguinte, o presidente deu aval para a formalização da meta contínua de **inflação** de 3% em reunião com Haddad e Galípolo. Foi outro sinal lido com mais um indicativo do aumento da interlocução de Galípolo junto ao presidente.

No encontro, que não constava inicialmente na agenda oficial de Lula e foi incluído posteriormente entre os compromissos do diretor do BC, foram discutidos detalhes do texto que sacramentou a mudança no sistema de metas de **inflação**. Na ocasião, Haddad disse que Galípolo estava liderando o tema no BC e foi autorizado por Campos Neto a comparecer ao Planalto para a reunião com Lula.

Após esses episódios, Galípolo foi ganhando cada vez mais desenvoltura em falas durante eventos públicos na busca de credibilidade no mercado financeiro para ocupar a cadeira da presidência do BC. Nas últimas semanas, ele tem atuado como o principal coordenador das expectativas de **inflação** e de decisão sobre os juros.

Esse movimento combinado ficou mais evidente após a última reunião do Copom, em julho, com a declaração feita por Galípolo na semana passada de que a alta de juros estava na mesa do colegiado do BC.

O próprio Lula deu uma ajuda extra ao diminuir as críticas aos juros altos. No último dia 17, o petista disse que o próximo presidente do BC não lhe devia favor, mas precisava ter coragem para reduzir e também aumentar os juros.

A indicação antecipada do próximo comandante do BC foi um pedido de Haddad ao presidente Lula com a intenção de afastar incertezas, melhorar a comunicação e dar mais estabilidade para a economia até o fim do ano.

sabatina no senado

Do lado político, a sabatina com a votação do nome de Galípolo - mesmo que meses antes da sua posse - ajuda o Ministério da Fazenda a concentrar esforços nas negociações da pauta econômica, segundo explicou um auxiliar de Haddad.

O ministro quis afastar o risco de a sabatina só acontecer em novembro, o que daria pouco tempo para a transição até a posse do presidente em janeiro do ano que vem.

A leitura é de que as eleições municipais e depois as negociações para a escolha dos próximos presidentes da Câmara e do Senado vão tirar espaço na agenda do Congresso na reta final deste segundo semestre da atenção dos parlamentares. A expectativa é de que a sabatina do futuro presidente do BC possa ocorrer entre os dias 2, 3 e 4 de setembro, quando as sessões do Senado deverão ser presenciais.

Publicamente, Campos Neto também defende que a indicação do seu sucessor seja feita até outubro, para assegurar uma transição suave do comando do BC.

Com a indicação de Galípolo, Lula terá que indicar um substituto para a diretoria de Política Monetária e mais dois nomes para o BC. Em 31 de dezembro, chegam ao fim os mandatos de Otávio Damaso (Regulação) e de Carolina de Assis Barros (Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta) - única mulher na cúpula da autoridade monetária atualmente.

O presidente Lula preferiu avançar apenas com a indicação de Galípolo para não atropelar, colocando os demais nomes ao mesmo tempo. Galípolo é um nome que não sofre resistências no Senado nem da oposição. Mas a Fazenda negocia a PEC da

autonomia financeira do BC para afastar resistências na sabatina. (Nathalia Garcia, Adriana Fernandes e Ana Pompeu/FolhaPress)

Site: <https://digital.em.com.br>

Galípolo é o indicado

Gabriel Galípolo é o nome indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para assumir a presidência do Banco Central, anunciou ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. "O presidente da República me incumbiu de fazer um **comunicado** aqui de que hoje [quarta] ele está encaminhando ao Senado Federal, ao presidente [Rodrigo] Pacheco e para o senador Vanderlan [Cardoso], presidente da CAE, o indicado dele para a presidência do Banco Central, que vem a ser o Gabriel Galípolo, que hoje ocupa a diretoria de Política Monetária do banco", disse o ministro.

Se aprovado pelo Senado Federal, ele assume o comando da instituição com a missão de angariar a confiança do mercado financeiro, que teme um BC leniente no combate à **inflação** em 2025, quando o Comitê de Política Monetário (Copom) terá maioria dos integrantes indicados pelo presidente Lula.

O atual diretor de Política Monetária do BC vai suceder Roberto Campos Neto, à frente da instituição desde 2019 por indicação do ex-presidente Jair Bolsonaro e cujo mandato termina em 31 de dezembro.

Aos 42 anos, Galípolo foi um dos conselheiros de Lula na campanha presidencial de 2022 e atuou como número dois de Haddad. Desde que assumiu o posto no BC, ele manteve canal direto com o chefe do Executivo. Os dois conversam até sobre as contas públicas e a antecipação de riscos fiscais pelo mercado financeiro.

A habilidade de uma comunicação direta e sem tom professoral, o que costuma irritar o presidente, foi reconhecida até mesmo pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), quando Galípolo era secretário-executivo da Fazenda.

Aos olhos de Lula, Galípolo é um "menino de ouro", "competentíssimo" e "de uma honestidade ímpar".

"Obviamente ele tem todas as condições para ser presidente do Banco Central", disse o chefe do Executivo em junho.

A escolha por Galípolo no comando do BC já era dada como certa pelo mercado financeiro e por integrantes do Senado Federal, responsável pela sabatina e pela aprovação dos nomes indicados à autoridade monetária pelo chefe do Executivo.

Segundo a lei da autonomia da autoridade monetária, aprovada em 2021, cabe ao presidente da República a

indicação dos nomes para a cúpula do BC. Posteriormente, os indicados passam por sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal. Os escolhidos são, então, levados ao plenário para aprovação.

Um sinal que reforçou a percepção de autoridades dentro do governo de que o diretor de Política Monetária seria o escolhido para suceder Campos Neto foi a sua participação em um jantar do presidente Lula, no fim de junho, na casa de Haddad com um grupo de economistas de dentro e de fora do governo.

No encontro, houve o alerta sobre a possibilidade de alta da **inflação** caso o dólar seguisse disparando.

No jantar, que reuniu expoentes do chamado desenvolvimentismo, Lula foi aconselhado a moderar suas falas para não dar combustível à crise - naquele momento o dólar chegou a superar R\$ 5,70.

Galípolo estava presente no evento, organizado em um momento de grande tensão em torno do aumento da desconfiança de que o governo Lula proporia mudanças nas regras do arcabouço fiscal.

Após esse encontro, Lula acabou dando sinal verde para Haddad anunciar dias depois que o governo faria um congelamento de R\$ 15 bilhões em despesas do orçamento deste ano e economizaria R\$ 25,9 bilhões em gastos com revisão de despesas obrigatórias de benefícios previdenciários e sociais em 2025.

Poucos dias antes do jantar, em 24 de junho, Galípolo foi chamado a viajar com o presidente Lula num voo de São Paulo a Brasília. A viagem não constou nas agendas de Lula e do diretor, mas foi confirmada pela reportagem.

No dia seguinte, o presidente deu aval para a formalização da meta contínua de **inflação** de 3% em reunião com Haddad e Galípolo.

Foi outro sinal lido com mais um indicativo do aumento da interlocução de Galípolo junto ao presidente.

No encontro, que não constava inicialmente na agenda oficial de Lula e foi incluído posteriormente entre os compromissos do diretor do BC, foram discutidos detalhes do texto que sacramentou a mudança no sistema de metas de **inflação**.

Na ocasião, Haddad disse que Galípolo estava

liderando o tema no BC e foi autorizado por Campos Neto a comparecer ao Planalto para a reunião com Lula.

Após esses episódios, Galípolo foi ganhando cada vez mais desenvoltura em falas durante eventos públicos na busca de credibilidade no mercado financeiro para ocupar a cadeira da presidência do BC.

Nas últimas semanas, ele tem atuado como o principal coordenador das expectativas de **inflação** e de decisão sobre os juros.

Esse movimento combinado ficou mais evidente após a última reunião do Copom, em julho, com a declaração feita por Galípolo na semana passada de que a alta de juros estava na mesa do colegiado do BC.

O próprio Lula deu uma ajuda extra ao diminuir as críticas aos juros altos. No último dia 17, o petista disse que o próximo presidente do BC não lhe devia favor, mas precisava ter coragem para reduzir e também aumentar os juros.

A indicação antecipada do próximo comandante do BC foi um pedido de Haddad ao presidente Lula com a intenção de afastar incertezas, melhorar a comunicação e dar mais estabilidade para a economia até o fim do ano.

Do lado político, a sabatina com a votação do nome de Galípolo - mesmo que meses antes da sua posse - ajuda o Ministério da Fazenda a concentrar esforços nas negociações da pauta econômica, segundo explicou um auxiliar de Haddad.

O ministro quis afastar o risco de a sabatina só acontecer em novembro, o que daria pouco tempo para a transição até a posse do presidente em janeiro do ano que vem.

A leitura é de que as eleições municipais e depois as negociações para a escolha dos próximos presidentes da Câmara e do Senado vão tirar espaço na agenda do Congresso na reta final deste segundo semestre da atenção dos parlamentares.

A expectativa é de que a sabatina do futuro presidente do BC possa ocorrer em setembro, mas há forte resistência de muitos senadores a essa antecipação.

SAIBA MAIS

» A indicação de Gabriel Galípolo à presidência do BC tem sido vista com bons olhos pelo mercado. De acordo com analistas, ele é um nome classificado como técnico, que pode garantir a credibilidade e a

independência do BC.

» "Galípolo já foi bastante divulgado, circulado e testado pelos meios políticos, empresariais e de mercado, e está no governo desde a equipe de transição. Ele tem uma interlocução muito boa e fluída com diversos setores da economia e teve um papel importante no arcabouço fiscal, quando ainda estava na Fazenda", diz Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18000>

Galípolo é indicado para comandar BC

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicou o economista Gabriel Galípolo, atual diretor de Política Monetária do Banco Central, para suceder Roberto Campos Neto na presidência da autarquia.

O anúncio foi feito ontem pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. "Hoje (ontem), ele está encaminhando ao Senado, ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e ao senador Vanderlan Cardoso, presidente da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), o indicado dele para a presidência do Banco Central, que vem a ser o Gabriel Galípolo", disse Haddad a jornalistas.

Galípolo foi presidente do Banco Fator entre 2017 e 2021 e se aproximou da cúpula petista no fim de 2021, ainda antes da pré-campanha para as eleições presidenciais. Ele sempre foi o favorito na bolsa de apostas para o lugar de Campos Neto, que deixará o cargo em dezembro em meio a seguidas críticas de Lula por não reduzir a Selic. Em declarações recentes, Galípolo já indicou preocupação com as previsões do mercado para a inflação e disse que uma alta dos juros "está na mesa" do Copom, que voltará a se reunir em setembro.

Como apurou o Estadão/ Broadcast, o presidente da CAE sugeriu a interlocutores do governo que a sabatina seja realizada em 10 de setembro, apesar da pressão do Planalto para antecipar a data (mais informações na pág. B2).

Na primeira manifestação já como indicado, Galípolo afirmou que seria "breve", "por respeito" ao fato de que seu nome ainda precisa do aval do Senado. "É uma honra, prazer e responsabilidade imensa ser indicado à presidência do BC do Brasil pelo presidente Lula e pelo ministro Fernando Haddad." Em nota, Campos Neto disse que a transição será feita "da maneira mais suave possível".

Será a primeira substituição na presidência do BC sob o sistema de mandatos fixos, iniciado em 2021 com a aprovação da lei de autonomia operacional da autarquia.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo tenta apressar sabatina de Galípolo, mas senadores resistem

**GABRIEL HIRABAHASI E CÉLIA FROUFE
COLABORARAM ALTAMIRO SILVA JUNIOR, CRISTIANE
BARBIERI e GABRIELA JUCÁ**

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), sugeriu a interlocutores do governo que a sabatina do indicado à presidência do Banco Central seja realizada no dia 10 de setembro, apurou o Estadão/Broadcast. A proposta foi feita para que Gabriel Galípolo possa se dedicar, no fim desta semana e ao longo da próxima, a reuniões com os parlamentares.

Havia uma articulação do governo para que a sabatina fosse realizada já na próxima terça-feira.

Cardoso, porém, indicou a preferência pela semana seguinte.

Cabe ao senador, no cargo de presidente da CAE, marcar a sabatina de Galípolo na comissão.

Somente depois dessa etapa é que a indicação pode ser votada no plenário do Senado.

A assessoria de imprensa da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), sob a chefia de Alexandre Padilha, confirmou no fim da tarde que a data da sabatina no Senado deve ocorrer na semana do dia 9 de setembro.

Segundo a assessoria, houve uma sinalização nesse sentido do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Em entrevista ontem, Cardoso disse que não haverá "nenhum problema" na sabatina.

"Vamos conversar com o líder (do governo no Senado) Jaques Wagner, com o pessoal da Fazenda, com o próprio ministro Fernando Haddad, e, com certeza, não vai ter problema nenhum na sabatina dele (Galípolo)", disse o senador.

Será a primeira substituição na presidência do BC sob o sistema de mandatos fixos, iniciado em 2021 com a aprovação da lei de autonomia operacional da autarquia. Antes do BC, Galípolo foi secretário executivo do Ministério da Fazenda.

MERCADO. Feita ontem no meio da tarde, a confirmação da indicação de Galípolo - que sempre apareceu como o nome mais forte para o lugar de Campos Neto - acabou tendo impacto no mercado. O anúncio deu impulso extra tanto às taxas dos contratos de Depósito Interfinanceiro (DI) quanto aos negócios na Bolsa de Valores. O Ibovespa, principal referência da Bolsa, fechou em alta recorde de 0,42%, aos 137,3 mil pontos.

Segundo os analistas, o que pesou em ambos os casos foram as declarações recentes dadas por Galípolo, reforçando que o BC precisa buscar o centro da meta da **inflação** (de 3%) e dizendo que um aumento da Selic está "na mesa" do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC - que volta a se reunir em setembro. "Daqui até a posse é que as declarações dele farão mais preço", disse Felipe Castro, sócio da Matriz Capital.

"VISÃO AMPLA". Para o presidente do conselho de administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco Cappi, "Galípolo demonstra ser um homem de visão ampla, preocupado com o bem maior da economia e da Nação". "E são esses os atributos que o levaram a ser indicado para ocupar a cadeira de presidente do Banco Central." Em nota, o presidente do Itaú, Milton Maluhy, disse que Galípolo vai dar continuidade "ao elevado nível técnico e mundialmente relevante que tem marcado a gestão do BC ao longo dos anos".

Já o economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, afirmou que a expectativa é de que não haja grandes mudanças na liderança do BC, mas ele ressaltou que ainda existe certa desconfiança sobre como será o comportamento do BC. "Temos alguns desacertos em termos de decisões, às vezes temos excesso de falas também. O presidente do BC tem de ter um papel mais comedido, e parece que Galípolo quer colocar um tom mais aberto na comunicação, o que pode ser complicado."

Reação

Segundo analistas, Bolsa e juros subiram no rastro de declarações de Galípolo sobre **inflação** e Selic

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Galípolo terá de demonstrar independência na prática"

LUIZ GUILHERME GERBELLI

Henrique Meirelles - Formado em Engenharia Civil pela USP, foi presidente global do Bank of Boston, presidente do BC e ministro da Fazenda

Presidente do Banco Central nos dois primeiros governos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Henrique Meirelles, diz que a escolha de Gabriel Galípolo para comandar a autoridade monetária foi "natural". "É um nome de confiança do ministro da Fazenda (Fernando Haddad)." Na avaliação de Meirelles, até agora os sinais são de que Galípolo, atual diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), tem demonstrado compromisso com o controle da **inflação**. Ele também avalia que a autoridade monetária deve seguir independente com o novo comando.

"A minha expectativa é de que sim (o BC seguirá independente), mas ele (Galípolo) vai ter de demonstrar isso na prática.

Ele está falando exatamente e se colocando nessa direção", afirmou.

A seguir os principais trechos da entrevista concedida ao Estadão.

Como o sr. vê a indicação do Galípolo?

É uma escolha natural. É um nome de confiança do ministro da Fazenda (Fernando Haddad), que o nomeou secretário executivo do Ministério da Fazenda no início do governo.

Tem também desenvolvido uma boa relação com o presidente Lula. São condições importantes.

E de outro lado, tem o fato de que ele foi presidente de uma instituição financeira e está atuando como diretor do Banco Central há algum tempo. Está devidamente familiarizado com a metodologia de projeção de **inflação** e atividade econômica do BC. E isso é muito importante, porque a decisão de juros deve ser eminentemente técnica. É importante a experiência de presidente de instituição financeira e, depois, diretor do BC para poder ter condições de tomar essas decisões técnicas no papel de presidente.

E qual será o principal desafio do Galípolo?

O desafio principal é colocar e assegurar que a **inflação** fique na meta. Essa é a missão. Agora, um fator importante na evolução desse processo são as expectativas de **inflação** definidas pelos agentes econômicos - desde um fundo de investimento ou o banco até o formador de preço de uma grande, pequena ou até de uma microempresa.

A expectativa de **inflação**, na medida em que esteja consistente com a meta, facilita muito o trabalho do Banco Central. É necessário levar em conta que a **inflação** é muito relevante para bom funcionamento da economia e para a capacidade do País de crescer.

Esse é o desafio principal.

Primeiro, controlar as expectativas e, depois, as ações específicas e decisões do Banco Central.

E como o sr. avalia as últimas declarações do Galípolo?

Elas foram consideradas duras. Eu acho que ele está dizendo que vai controlar (a **inflação**).

Ele está demonstrando um compromisso com isso. Agora, todos vão, primeiro, ficar olhando e ouvindo o que ele vai falar até o dia que ele assumir, desde as declarações para a imprensa até as declarações dele na sabatina no Senado. Isso vai ser muito importante para alinhar as expectativas. O rumo dos juros virou um tema político no novo governo Lula.

O sr. acredita que a independência do BC está garantida com o Galípolo?

A minha expectativa é que sim, mas ele (Galípolo) vai ter de demonstrar isso na prática. Ele está falando exatamente e se colocando nessa direção. Eu fui presidente do Banco Central por oito anos com o Lula e nós tínhamos, naquela época, um acordo verbal, não existia a lei de independência do BC. Nós tínhamos um acordo de que eu agiria de forma independente.

Naquela época, ao contrário de agora, ele (Lula) tinha a prerrogativa de exoneração, mas o fato é que funcionou muito bem.

O País cresceu e a **inflação** foi controlada. É

importante, inclusive, o trabalho do BC para mostrar que a **inflação** na meta, controlada, é vantagem para todos, inclusive, para o governo, na medida em que as empresas podem trabalhar com planejamento e os consumidores podem planejar também a sua vida, o seu consumo.

"O País cresceu e a **inflação** foi controlada.

É importante, inclusive, o trabalho do BC para mostrar que a **inflação** na meta, controlada, é vantagem para todos, inclusive, para o governo"

*

REPERCUSSÃO

A opinião de ex-BCs

"Sua (a de Galípolo) principal, senão solitária, qualidade é a proximidade ao presidente da República e ao ministro da Fazenda, forjada nos últimos anos, à sombra da parceria com Luiz Belluzzo, economista de igualmente escassa qualidade técnica"

ALEXANDRE SCHWARTSMAN Ex-diretor do BC

"Acho que, como presidente do Banco Central, ele vai ter uma missão muito clara. Inclusive, hoje é lei, que é cuidar da **inflação**. Ele pode, tendo uma boa relação com o resto do governo, deixar claro que não vai fazer milagre se a política fiscal não for reforçada, e muito"

ARMINIO FRAGA Ex-presidente do BC

"O desafio do novo presidente não se limita à manutenção do controle inflacionário, mas também à continuidade da agenda de modernização do sistema financeiro tão importante e inclusiva que evoluiu consideravelmente desde a gestão de Ilan Goldfajn"

LUIZ F. FIGUEIREDO Ex-diretor do BC

"Sua amizade e elogios com Roberto Campos Neto também é algo notável, dado o difícil relacionamento entre o presidente atual e o governo. Seu possível grande trunfo como presidente é exatamente o que preocupa o mercado financeiro: sua aproximação pessoal e política com o governo"

TONY VOLPON Ex-diretor do BC

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Maior desafio de Galípolo é manter confiança no BC (Editorial)

Como esperado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicou o economista Gabriel Galípolo para comandar o Banco Central (BC) a partir de janeiro, depois que acabar o mandato do atual presidente, Roberto Campos Neto. Galípolo, atual diretor de Política Monetária do BC, terá o desafio de manter a confiança na condução da política monetária. Pelo que tem demonstrado até aqui, não há motivo para duvidar de sua capacidade de executar a tarefa.

Qualquer nome indicado para comandar o BC será sempre alvo de escrutínio. No caso de Galípolo, a vigilância será maior. O motivo é a campanha - injusta - promovida por Lula contra Campos Neto desde o início do governo. Até o final do ano, o chefe do Executivo terá de escolher mais três diretores do BC. Com isso, a maioria dos integrantes do Comitê de Política Monetária (Copom) terá sido indicada por ele. Cria-se naturalmente o temor de interferência na política monetária.

Para dissipar esse temor e manter a **inflação** sob controle, o essencial é que as decisões de Galípolo e dos novos indicados continuem a ser estritamente técnicas. O sistema de metas de **inflação** tem se provado um instrumento eficaz para influenciar o setor produtivo e os consumidores. Mas a base de tudo é a credibilidade. Sem confiança, a ancoragem das expectativas inflacionárias não funciona. Por isso é essencial que, a cada pronunciamento, a cada reunião do Copom, Galípolo demonstre que se guia pelos mesmos parâmetros técnicos que o têm guiado desde que assumiu a diretoria do BC.

O histórico recente sugere que a transição se dará sem sobressaltos. Nas duas últimas reuniões, o Copom manteve a taxa de juros inalterada em 10,5% ao ano por unanimidade. Na semana passada, Campos Neto afirmou não se lembrar de ter havido "espírito de equipe tão grande" quanto o existente entre ele e os demais diretores do BC.

Seu legado é inegavelmente positivo. O BC brasileiro foi um dos primeiros a subir os juros diante dos riscos inflacionários trazidos pela pandemia. De 2% em março de 2021, a taxa foi a 13,75% em agosto do ano seguinte - e lá se manteve por quase um ano, sem nenhuma concessão no período eleitoral. Com isso, a **inflação** caiu de 10,06% em 2021 para 4,62% no ano passado, abaixo do teto da meta (4,75%). Os atuais

dados positivos de nível de emprego e de renda mostram que o Brasil, na comparação internacional, se recuperou melhor dos efeitos da Covid-19.

Antes de Galípolo assumir, o Copom passará por novo teste na reunião prevista para setembro. As expectativas de **inflação** subiram recentemente, mas o banco central americano, o Fed, anunciou que começará a reduzir os juros no mês que vem. Com isso, a tendência é haver mais dólares por aqui, aliviando a pressão sobre o câmbio e os preços. O Copom terá de decidir se mantém ou sobe os juros brasileiros. É crucial que apresente seus argumentos de forma objetiva, com base em parâmetros técnicos. E que essa prática continue na gestão Galípolo depois que ele passar pela sabatina no Senado.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Principal dificuldade é a falta de apoio fiscal

VINÍCIUS NEDER

ENTREVISTA: Arminio Fraga economista

O atual diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, assumirá a presidência do órgão em uma situação "difícil", na avaliação do economista Arminio Fraga, que comandou o BC entre 1999 e 2002. A principal dificuldade, segundo ele, é "a falta de apoio fiscal".

Qual o principal desafio do futuro presidente do BC? Uma boa parte do desafio vem da falta de apoio fiscal, a despeito dos esforços do ministro (da Fazenda, Fernando Haddad). Essa parte do tripé está muito fragilizada.

É inevitável começar aumentando juros?

É possível. A pressão é alta, porque não só as expectativas do (Boletim) Focus (pesquisa do BC sobre as projeções do mercado financeiro), como as taxas implícitas (inflação embutida nos juros) na curva de juros também apontam para níveis bem complicados. Ele vai começar numa situação bastante apertada.

É mais difícil conquistar credibilidade com o mercado ou como governo?

Acho que ele é uma pessoa da confiança do presidente (da República). Ele não estaria nomeando, se não fosse. Não quer dizer que ele possa impunemente descumprir a lei e deixar a inflação acima da meta ou, até pior, afrouxar e deixar a inflação subir mais ainda. Hoje, os números implícitos na curva de juros são bastante elevados. Para prazos superiores a dois ou três anos, estão acima de 5%. Tem um prêmio de risco, sim, mas não é bom que esse prêmio aumente muito. É um quadro difícil. Não conheço o Galípolo, nunca conversei com ele, não acompanhei todas as declarações recentes dele, que têm sido frequentes. Só acho que o arcabouço monetário-fiscal, com o tripé (meta de inflação, superávit primário nas contas públicas e câmbio flutuante), tem se mostrado bastante positivo para o país, mas a perna fiscal está fragilizada, e isso produz uma sobrecarga no BC. Ele vai entrar carregando um peso que deveria estar dividido com o lado fiscal.

O desequilíbrio fiscal é um problema maior que o cenário externo?

Sim, com certeza, sempre é. É muito raro ter a situação externa dominando. A situação externa hoje é de uma complexidade rara. Tem a nova "guerra fria" entre EUA e China, o que está acontecendo no Oriente Médio. Não dá para contar assim com o "ventão" a favor, mesmo com alguma ajuda do Fed (Federal Reserve, o BC americano, cuja redução de juros poderia tirar a pressão no Brasil).

O que mais preocupa no lado fiscal? Dados recentes do Censo apontam para mais gastos com Previdência... Essa área precisa ser abordada. O tema geral do crescimento do gasto, do Orçamento rígido, da reforma do Estado, também precisa entrar em pauta. Esses temas, se bem resolvidos, alongariam muito os horizontes no Brasil. E poderia haver um reforço de ajustes na regra do Imposto de Renda, que estão entrando em discussão.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Brasil abriu 188 mil vagas com carteira em julho

ELIANE OLIVEIRA E ANA FLÁVIA PILAR
economia@oglobo.com.br **BRASILIA E SÃO PAULO**

O Brasil abriu 188.021 vagas formais de trabalho em julho, informou ontem o Ministério do Trabalho e Emprego, com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O saldo, resultado da diferença entre contratações e demissões, ficou acima da expectativa do mercado, que era de geração de 183.100 postos no mês passado, segundo o Valor Pro.

Em julho, houve saldos positivos em serviços (79.167 postos), indústria (49.471), comércio (33.003), construção (19.694) e agro (6.688).

Com o resultado mensal, no período de janeiro a julho de 2024 foram criados 1.492.214 postos com carteira assinada. No ano passado, no mesmo período, o saldo fora de 1.172.763. Já nos últimos 12 meses, há um saldo acumulado de 1.776.677, número 13% maior do que no período anterior.

Em relatório, a Genial Investimentos ressaltou que o resultado do mês de julho corrobora a percepção de aquecimento do mercado de trabalho após robustos saldos positivos de vagas criadas nos primeiros seis meses de 2024.

"Nesse sentido, os dados seguem apontando que a economia brasileira se encontra aquecida, sobretudo nos setores mais ligados ao consumo doméstico das famílias, como varejo e serviços." O relatório ressaltava, porém, que os números mostram "um fator de risco relevante para a convergência da **inflação** em direção à meta". A Genial projeta criação de 1,7 milhão de empregos formais este ano.

O Rio Grande do Sul, após dois meses de registros negativos, com o corte de 30 mil postos devido às cheias que atingiram fortemente o estado, agora volta a apresentar saldo positivo. No mês passado, foram abertas 6.690 vagas.

O salário médio real na contratação em julho foi de R\$2.161,37, valor R\$ 23,01 superior ao de junho. Sobre o mesmo mês do ano passado, o ganho foi de R\$ 46,27.

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse ontem em São Paulo que tem olhado com atenção para o aquecimento do mercado de trabalho. Ele avaliou, porém, que o impacto sobre os preços tem sido menor do que o projetado.

Segundo ele, economistas inicialmente calculavam que uma taxa de desemprego abaixo de 9% teria impacto relevante sobre os preços, estimativas que não se concretizaram. Depois, estimaram que esse cenário só aconteceria se a taxa caísse abaixo de 8%, o que também não aconteceu.

-E a gente está com um desemprego bem mais baixo. E ainda, obviamente, com o setor de serviços um pouco pressionado, mas muito longe do que a gente imaginava um tempo atrás -afirmou.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

CAMPOS NETO VÊ RISCO

Cenário mundial e oportunidade

VINÍCIUS NEDER viniaus.neder@oglobo.com.br

Após fechar 2023 em queda, a indústria manufatureira avançou no Produto Interno Bruto (**PIB**) do país no primeiro trimestre, e a produção industrial acumulou alta de 2,6% até junho, segundo o IBGE. Mas os dados recentes são insuficientes para superar um cenário de crise estrutural.

A produção ainda está 14,3% abaixo do nível recorde, de maio de 2011. A participação da indústria no **PIB**, hoje de 25,5%, despencou ante os anos 1970 e 1980. A balança comercial da indústria manufatureira, em déficit desde 2008, teve no primeiro semestre o pior resultado para o período desde 2014 -até junho, o rombo foi de US\$ 28,5 bilhões, alcançando R\$ 33,3 bilhões no mês seguinte.

Por um lado, o cenário de crise estrutural é conhecido. Por outro, a indústria brasileira pode estar diante de oportunidades, abertas por um cenário de mudanças na economia mundial, com a necessidade de descarbonizar as atividades e uma corrida tecnológica em meio a tensões geopolíticas.

INFRAESTRUTURA DEFICIENTE

O diagnóstico de que o Brasil vive uma "desindustrialização precoce" é mais ou menos consensual. Estudiosos do desenvolvimento econômico ressaltam que a participação da indústria no **PIB** cresce nos países que passam de renda baixa para renda média. Mas, posteriormente, na passagem da média para a renda alta, essa fatia volta a diminuir.

O movimento é inerente ao desenvolvimento. Vem com o crescimento do setor de serviços, puxado pela demanda de consumidores de renda maior e de uma indústria mais sofisticada. E esse maior peso dos serviços ocorre em detrimento do espaço do **PIB** industrial e da agropecuária.

A desindustrialização é "precoce" quando ocorre na fase em que a economia de um país ainda está na renda média, como é o caso do Brasil. A globalização das cadeias de produção, estabelecida nas últimas quatro décadas, tem papel nisso, ao deslocar boa parte da fabricação dos bens para países de baixo custo, com destaque para a Ásia.

Para explicar por que o Brasil ficou de fora e viu sua indústria desidratar antes da hora, economistas citam fatores domésticos, boa parte deles inserida no

chamado "custo Brasil". Alguns exemplos são **inflação** e juros elevados, câmbio desfavorável (ao dificultar exportações e favorecer importações de bens), desequilíbrios nas contas do governo, incertezas políticas, insegurança jurídica, infraestrutura deficiente, sistema tributário complexo, má qualidade da educação, gerando mão de obra pouco qualificada, e elevado custo da energia.

-Não adianta nada termos uma política industrial e um certo protecionismo, se não resolvermos os problemas estruturantes -afirma o presidente da Firjan, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira.

Rafael Cagnin, economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), destaca que boa parte desses problemas surgiu ou foi agravada pelas sucessivas crises econômicas a partir do início dos anos 1980 e, principalmente, coincidiu com o esgotamento de uma estratégia de industrialização.

Para ele, o plano anterior, vigente desde os anos 1940 e 1950, ancorado na substituição de importações, pode ser criticado, mas foi bem-sucedido em construir uma indústria nacional e impulsionar o crescimento econômico.

O esgotamento, entre os anos 1970 e 1980, se deu em meio ao início da globalização das cadeias de produção e integraram a Ásia a esse jogo. Nessa época, países asiáticos - Japão, Coreia e China - aproveitaram a oportunidade para criar suas estratégias de desenvolvimento industrial. O Brasil ficou para trás, ressaltou Cagnin, por não encontrar nova estratégia.

A perda de competitividade de bens produzidos no país se reflete na balança comercial. O saldo entre exportações e importações é negativo desde 2008. O pior resultado foi em 2013, com a demanda interna aquecida atraindo importados.

BAIXA PRODUTIVIDADE

Economistas críticos desse desenvolvimento industrial via substituição de importações culpam a baixa produtividade do setor nacional como o principal problema para a falta de competitividade internacional. Esse é o ponto de estudo dos economistas Ed-mar Bacha, Victor Terziani, Cláudio Considera e Eduardo Guimarães, publicado em julho no site do Instituto de Estudos de Política Econômica Casadas Garças.

O estudo sustenta que a indústria perdeu força no Brasil por causa do excesso de tarifas de importação, oriundas da política industrial vigente até os anos 1980. Com o mercado doméstico cativo e barreiras à concorrência de importados, há menos incentivos para buscar competitividade.

-Se a empresa não precisa competir porque a economia está fechada, não precisa investir para se tornar mais produtiva, não precisa inovar para aumentar a produtividade. Então, isso diminui os investimentos - explica Considera.

Rafael Lucchesi, diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e diretor-superintendente do Sesi, afirma que é hora para o Brasil apostar em políticas que apoiem indústrias nas quais o país já tem vantagens e que poderão se beneficiar dessas mudanças, como na cadeia de biocombustíveis e setores intensivos em eletricidade, já que o país conta com uma matriz baseada em energia renovável.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Nome já era mais que esperado, mas "timing" surpreendeu mercado

Victor Rezende e Gabriel Roca De São Paulo

Não foi uma surpresa, entre participantes do mercado, a indicação do diretor de política monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, para o comando da autoridade monetária a partir do próximo ano. A sensação de que o dirigente era o favorito ao cargo já era elevada entre os investidores desde o ano passado, mas ganhou ainda mais força nos últimos meses e foi consolidada desde a decisão de julho do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, diante da leitura de que Galípolo atuou como porta-voz do colegiado e abriu a porta para novas elevações na taxa Selic.

Para economistas ouvidos pelo Valor, o que surpreende é o "ti-ming" da indicação. No momento em que Galípolo tem adotado um discurso mais conservador em diversos eventos nas últimas semanas e dá ênfase à chance de uma elevação na Selic, a indicação de seu nome para o comando do BC "sugere que não há nenhuma barreira política para o BC fazer o que deve ser feito", como aponta o economista-chefe da XP Asset Management, Fernando Genta, para quem "a pressa do governo para efetuar a indicação é informativa neste caso".

Genta, inclusive, observa que a nomeação foi "mais que telegrafada" e, assim, não causou grandes surpresas entre os agentes de mercado, até porque os investidores passaram a conhecer Galípolo e suas visões há mais de um ano. Além disso, no momento atual, o economista nota que o diretor "foi colocado como porta-voz do último Copom aquilo que deve ser a política monetária à luz dos dados que vêm saindo". Genta, nesse sentido, observa que Galípolo "não se furtou a colocar que, se as coisas não melhorarem, o Copom vai subir o juro".

De fato, embora algumas insti-tuições financeiras já trabalhassem anteriormente em seus cenários com a possibilidade de retomada do aperto das condições monetárias pelo BC ainda neste ano, foi somente após Galípolo ter dado declarações vistas como mais conservadoras que uma parte do mercado migrou para cenários que contemplam elevação da Selic a partir do próximo mês.

Nesse sentido, Genta observa, ainda, que, com um Caged ainda muito forte; um crescimento expressivo

esperado para o segundo trimestre, de cerca de 1%; e a expectativa de uma nova queda do desemprego, o cenário continua a indicar elevações nos juros.

E a XP Asset não está sozinha. Na atualização do mercado de opções digitais de Copom, no dia em que foi conhecido oficialmente o nome do indicado à presidência do BC, as apostas em um aumento da Selic voltaram a crescer- e estão divididas entre alta de 0,25 ponto (49% de chance) e de 0,5 ponto (35%), enquanto a probabilidade de manutenção do juro básico em 10,5% em setembro caiu de 28% para apenas 16%.

"Já tivemos uma reprecificação muito grande sobre o cenário de juros americanos e, mesmo assim, o câmbio continua onde está... Para nós, o cenário de alta de juros ficou ainda mais claro e temos, em nossas projeções, quatro aumentos de 0,5 ponto na Selic", diz Genta. O economista nota que, ontem, o atual presidente do BC, Roberto Campos Neto, disse não acreditar em um ciclo de reputação, mas de fundamento e ressaltou que fará o que for necessário. "E, assim sendo, uma alta de 0,5 ponto é muito preferível. A economia grita por alta de juros." É o que também aponta o ex-secretário do Tesouro e diretor da Oriz Partners, Carlos Kawall, que vê um ciclo de quatro altas de 0,25 ponto na Selic. Para ele, inclusive, a própria incerteza relacionada à transição no comando do BC deixou de ser um assunto muito relevante para o mercado, em um processo que foi ajudado pelo posicionamento recente de Galípolo.

"Não acho que o BC precise subir os juros por um problema de credibilidade. Precisa subir por um problema de política monetária. Ele tem uma meta a cumprir e tem um instrumento para fazer isso, que é a Selic. Se ele não atuar na direção de ancorar as expectativas de **inflação**, vai ter um problema que não será de credibilidade no futuro, mas da ordem da política monetária. E vai precisar subir de maneira mais intensa para corrigir esse problema", resalta Kawall.

Nas últimas semanas, aumentou, no mercado, a discussão sobre a necessidade de um ciclo de aperto monetário, além do apontamento de que uma retomada das altas na Selic poderia ser encarada como um esforço para aumentar a credibilidade do BC junto ao mercado - e, em particular, da futura

composição do colegiado, encabeçada, justamente, por Galípolo.

"Ele já vem sendo testado como diretor e passou por algumas provas de fogo; derrapou no dissenso do Copom de maio, o que cobrou seu preço, mas mostrou que entendeu, corrigiu a rota e tem mostrado que vê valor no consenso", diz a economista-chefe da Gap Asset, Anna Reis. Para ela, contudo, ainda há um desafio grande no para o diretor ganhar credibilidade junto ao mercado.

"Galípolo tem uma formação fora do eixo ortodoxo e escreveu textos anteriormente que não estão na linha do que o BC costuma seguir, ou seja, tem uma reputação ainda a construir. Mas não é nada do zero. Ele já está há mais de um ano no BC, com erros e acertos, e tem construído sua identidade no mercado, inclusive desde a última reunião, quando se mostrou até mais "hawkish" [duro] que o esperado", avalia a economista da Gap.

Nesse sentido, ela nota, ainda, que a comunicação de Galípolo pareceu indicar, em um primeiro momento, uma guinada "muito "hawkish"", o que levou o mercado a entender que o discurso estava um tom acima da ata, mas, na semana passada, a comunicação foi corrigida, embora com alguma confusão. "O mercado ainda está um pouco confuso, mas me parece que o Galípolo tentou se mostrar alinhado aos outros membros, ou seja, quis mostrar uma continuidade, que não vai haver uma divergência no "modus operandi"."

"A pressa do governo para efetuar a indicação é informativa neste caso" Fernando Genta

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187970?page=12§ion=1>

À frente do BC, Galípolo terá missão de domar expectativas

(Renan Truffi, Julia Lindner, Fabio Murakawa, Caetano Tonet, Jéssica SantAna, Gabriel Shinohara, Victor Rezende e Gabriel Roca)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicou ontem o diretor de política monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, para assumir a presidência da instituição a partir de 2025. O anúncio foi feito pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no Palácio do Planalto, após reunião entre os três. O governo trabalha para que a sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aconteça o quanto antes, mas há resistência do presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em relação à possibilidade de antecipá-la para antes das eleições municipais.

O nome de Galípolo já despontava nas bolsas de apostas desde o ano passado e ganhou ainda mais força nos últimos meses, passando a ser um nome visto positivamente por participantes do mercado. Os desafios para o dirigente no comando do BC, porém, são imensos e passam tanto pelo campo econômico quanto pelo político.

A continuidade do processo de desinflação é um deles. Ainda na diretoria do BC, Galípolo terá pela frente decisões em que há uma expectativa crescente no mercado por uma elevação dos juros, justamente para combater a alta das expectativas de **inflação**. Desde o início do governo Lula, o mercado tem elevado as expectativas de **inflação** de médio prazo, em um processo que se intensificou diante de alguma preocupação dos agentes com uma eventual leniência do BC com a **inflação** a partir de 2025. O diretor tem ganhado credibilidade com os agentes de mercado, mas ainda não há uma confiança plena do mercado em Galípolo.

O combate à **inflação** também pode incluir eventuais embates com a área política do próprio governo. Desde o início do governo, uma ala do governo e integrantes do PT têm sido vocais contra a condução da política monetária. Nesse sentido, uma guinada dos juros para um campo ainda mais restritivo, diante, justamente, de um mercado de trabalho e atividade econômica bastante aquecidos, pode dar fôlego a novos ataques ao BC, especialmente caso a Selic volte a subir ou demore ainda mais a cair com Galípolo já no comando da autoridade monetária.

Vale notar que, ontem, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, voltou a tecer críticas ao BC e apontou que falar em aumento de juros no Brasil neste momento seria uma irresponsabilidade e poderia ter um efeito danoso ao orçamento público. "Isso é uma aberração econômica", afirmou.

Dar continuidade à agenda de tecnologia, com o aperfeiçoamento do Pix e a chegada do Drex, são outros desafios que entram na lista de Galípolo e que agora têm sido tocados pelo presidente da autarquia, Roberto Campos Neto.

Com a indicação de Galípolo, o governo precisará fazer mais três nomeações para a diretoria do BC. Ontem, Haddad disse que ainda não está definido o sucessor da diretoria de política monetária nem os nomes dos futuros diretores de regulação, no lugar de Otávio Damaso, e de relacionamento, cidadania e supervisão de conduta, no lugar de Carolina de Assis. Os mandatos dos dois também terminam em dezembro, assim como o de Campos.

O anúncio foi protocolar. Nem Galípolo, nem Haddad responderam a perguntas. O diretor do BC disse, apenas, estar contente com a indicação e afirmou ser, "na mesma magnitude, uma honra, um prazer, uma responsabilidade imensa ser indicado à presidência do Banco Central do Brasil".

A formalização da escolha de Galípolo tem duas fases no Senado Federal. A primeira é na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, a segunda, no plenário da Casa. O indicado precisará ter apoio da maioria simples para ser aprovado. Concluído o trâmite com sucesso, ele terá mandato de quatro anos a partir da sua nomeação no "Diário Oficial da União".

Há, porém, alguma incerteza sobre a tramitação da indicação de Galípolo no Senado. Um dos sinais do descontentamento de Rodrigo Pacheco foi o fato de ele não ter sequer atendido Haddad antes do anúncio oficial sobre a escolha de Galípolo. A situação foi manifestada publicamente pelo ministro, ao dizer que tentou falar com o presidente do Senado, mas não conseguiu e que voltaria a ligar para falar sobre o tema. Ainda assim, Haddad fez o **comunicado** à imprensa.

A relação entre Pacheco e Haddad está estremecida há alguns meses, principalmente em função de divergências entre eles sobre o projeto do presidente do Senado que trata da renegociação da dívida dos Estados.

Apesar da resistência de Pacheco, o presidente da CAE, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), já aceitou que a sabatina possa ocorrer no próximo dia 10 de setembro. Na terça-feira, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), citou a possibilidade de fazer um "esforço concentrado" na segunda semana de setembro.

A ideia do presidente da CAE é que Galípolo procure senadores na próxima semana, que já será de esforço concentrado, ou seja, com sessões presenciais, para preparar o terreno a articular a aprovação de seu nome.

O Valor mostrou que o Palácio do Planalto já vinha discutindo antecipar, há algum tempo, a indicação de Galípolo. O motivo seria a constatação de que seria mais fácil designar a presidência do BC para um nome interno da diretoria do que trazer um candidato externo. Nesse sentido, segundo assessores próximos, Lula ficou convencido de que seria uma operação mais complexa e turbulenta escolher alguém de fora do BC para chegar e ser presidente.

Atual presidente do BC, Roberto Campos Neto parabenizou Galípolo. Em nota publicada no site do Banco Central logo após o anúncio, ele destacou que a transição será feita "da maneira mais suave possível, preservando a missão da instituição". Além disso, ele também ressaltou que tem trabalhado "de forma harmônica e construtiva" com o diretor Galípolo desde sua chegada ao BC e desejou "muito sucesso" na nova fase da vida profissional de Galípolo.

"Transição será feita da maneira mais suave possível, preservando a missão da instituição" Campos Neto

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187970?page=12§ion=1>

Dólar e juros futuros fecham em alta

Gabriel Caldeira, Gabriel Roca, Victor Rezende e Maria Fernanda Salinet De São Paulo

Em um dia marcado pela aguardada indicação de Gabriel Galípolo à presidência do Banco Central, os mercados domésticos de câmbio e juros não exibiram qualquer alívio e encerraram a quarta-feira pressionados. O dólar avançou quase 1% ante o real e as taxas futuras tiveram alta firme ao longo de toda a estrutura de vencimentos.

Embora a indicação do novo presidente do BC fosse amplamente esperada, a ausência dos outros nomes que vão compor o Comitê de Política Monetária (Copom) a partir do ano que vem causou algum incômodo. Os investidores exigiram um prêmio de risco maior para carregar ativos locais, diante da incerteza sobre o eventual substituto de Galípolo como diretor de política monetária do BC.

Com isso, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 encerrou o dia em alta, saindo 11,555%, no ajuste anterior, para 11,715%, enquanto a do DI para janeiro de 2027 avançou de 11,48% para 11,645%.

Após a confirmação da indicação de Galípolo, o mercado de opções digitais passou a embutir nos preços uma chance maior de que o Copom suba a taxa Selic na reunião de setembro. Ao fim da sessão de ontem, a probabilidade de alta de 0,25 ponto percentual exibiu avanço de 45% para 49%, enquanto a chance de manutenção da Selic no patamar de 10,5% recuou de 28% a 16%. Já o percentual para uma alta ainda mais agressiva, de 0,5 ponto, subiu de 25% para 35%. A curva de juros prevê uma alta de 0,37 ponto percentual para a Selic na próxima reunião do BC.

Além das taxas futuras de juros, o câmbio também foi pressionado pelas incertezas quanto à condução da política monetária. Houve ainda um movimento global de fortalecimento do dólar que se espalhou entre moedas de países desenvolvidos e emergentes. No mercado à vista, a moeda fechou em alta de 0,99%, cotada a R\$ 5,5564.

Marcela Rocha, economista-chefe da Principal Claritas, avalia que Galípolo melhorou a sua credibilidade recentemente perante o mercado por conta de um discurso mais duro e preocupado com fatores que possam puxar a **inflação** brasileira para cima. Ela pondera, contudo, que ainda há algum grau

de desconfiança e incerteza que só será eliminado ao longo de seu mandato como presidente do BC.

"Nós sabemos que a credibilidade é construída aos poucos. É preciso mostrar coerência, tomar ações, ter uma comunicação firme e, principalmente, ter comprometimento com [o controle da] **inflação**", diz.

Para Rocha, o anúncio ocorreu em um momento importante e pode contribuir para alguma diminuição das incertezas quanto à condução da política monetária. Mas representa apenas um "primeiro passo" para que o mercado conheça Galípolo como presidente do BC e também de um "longo processo de desinflação que precisa ser melhor estabelecido".

Em movimento contrário ao observado no mercado futuro de juros e no câmbio, o Ibovespa atingiu um novo recorde de fechamento, na esteira do anúncio de Galípolo. Ao fim do pregão, o índice de referência da bolsa brasileira subiu 0,42%, aos 137.344 pontos, após tocar o recorde intradiário de 137.469 pontos.

Já em Nova York, o dia foi de aversão a risco, na ausência de gatilhos e com os investidores à espera do balanço da Nvidia. O índice Dow Jones recuou 0,39%, o S P 500 caiu 0,60% e o Nasdaq cedeu 1,12%.

Alexandre Póvoa, estrategista da Meta Asset Management, diz que Galípolo é um "excelente nome" para comandar o BC e avalia que o Ibovespa tende a se beneficiar caso a Selic aumente em setembro.

"Por mais paradoxal que pareça, dentro do contexto geral seria complementar a alta dos juros na reunião de setembro, para o mercado retomar a confiança na política monetária, já que todo mundo está com um "passo atrás" quanto ao [regime] fiscal. Causaria a queda dos juros de longo prazo", pondera Póvoa.

O cenário para o câmbio, contudo, é mais nebuloso, uma vez que o exterior pode apresentar um movimento de recuperação do dólar no curto prazo após a forte queda recente da moeda americana globalmente.

Segundo estrategistas dos bancos BBVA e ING, houve ontem uma retirada de parte das posições vendidas (que apostam na queda da moeda) em dólar no mercado, compostas principalmente depois que o presidente do Federal Reserve (Fed), Jerome Powell, abriu caminho para a flexibilização monetária durante

o seu discurso em Jackson Hole.

"Os investidores já haviam precificado totalmente a flexibilização bem antes de Jackson Hole e a reação negativa do dólar ao discurso [de Powell] pareceu um pouco exagerada desde o início", diz Francesco Pesole, estrategista de câmbio do ING. Para ele, a flexibilização do Fed levará a um recuo do dólar, mas o curto prazo ainda aponta para uma recuperação da divisa diante de termos técnicos favoráveis e um diferencial de juros, por enquanto, equilibrado.

11,7% foi a taxa do contrato de DI para janeiro de 2026

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187970?page=12§ion=1>

Um "absoluto pragmático" à frente do BC

Gabriel Shinohara De Brasília

Até ser indicado ao comando do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo percorreu um caminho que passa pela aproximação com a cúpula do PT antes de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ser eleito para o terceiro mandato. Mais recentemente, buscou a chancela de participantes do mercado financeiro com a sinalização de que não hesitaria em defender uma alta de juros.

Também fazem parte dessa trajetória a carreira de cinco anos no setor bancário e um desempenho acadêmico que chamou atenção de professores e pares desde a graduação em economia. É um histórico que passa longe da chamada ortodoxia e é marcado por sua capacidade de diálogo.

Se ratificada pelo Senado, a presidência do BC será o terceiro e mais importante cargo que Galípolo ocupará na atual gestão. Logo no início do governo, serviu como secretário-executivo do Ministério da Fazenda. É o segundo posto na hierarquia da pasta, atrás apenas do ministro Fernando Haddad. Em julho do ano passado, assumiu a diretoria de política monetária da BC, cargo que ocupa até hoje.

Quando foi escolhido para o posto, integrantes do governo e do mercado viram no movimento um ensaio de Lula para o próximo passo: a sucessão de Roberto Campos Neto, que tem mandato até 31 de dezembro e se tornara um dos alvos preferenciais do presidente. Em uma entrevista em junho à rádio Itatiaia, em Minas Gerais, o petista fez um elogio público a Galípolo e ponderou que uma antecipação da indicação poderia expor o escolhido. Mas reconheceu que a divulgação antecipada poderia "baixar bola" de Campos Neto.

"O Galípolo é um menino de ouro. Se tem um menino de ouro é o Galípolo. Competentíssimo, de uma honestidade ímpar. Obviamente ele tem todas as condições para ser presidente do Banco Central. Mas nunca conversei com ele, nunca falei com ele [sobre isso]", afirmou na ocasião, confirmando a percepção de agentes do mercado que o economista seria um nome de confiança de Lula.

Isso vem desde 2021. Galípolo participou de reuniões com Lula junto com outros representantes do mercado financeiro. Naquele ano, que seria seu último como principal executivo (CEO) do Banco Fator, ele esteve no tradicional Natal dos catadores ao qual o petista sempre comparece. Ao discursar, Lula disse que o

mundo não é feito de privilégios para os banqueiros ganharem dinheiro e, sem citar nomes, completou: "Nosso banqueiro aqui presente sabe perfeitamente bem que, quando tem crise, os autores da crise desaparecem e quem aparece é o Estado." Foi a rede de contatos da academia que ajudou a construir a relação com Fernando Haddad. Os dois se conheceram em 2021. Paulo Gala, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), recorda-se de ter ajudado na intermediação, após perceber que ambos vinham discutindo temas semelhantes no campo da filosofia. "Em certa altura do campeonato eu os aproximei, mas eu não saberia dizer se fui eu que o apresentei ao Haddad", rememora Gala, economista-chefe do Banco Master.

Nos agradecimentos de seu último livro, o ministro da Fazenda menciona Galípolo como um dos que leram o primeiro rascunho. "O terceiro excluído: Contribuição para uma antropologia dialética" foi lançado em 2022.

Seu interesse pelos estudos também chamou a atenção do economista José Márcio Rego, seu professor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que o convidou para participar de encontros de discussão sobre temas como filosofia e literatura. Nessas reuniões, conviveu com pessoas mais experientes e reconhecidas em seus campos de trabalho, como o ex-presidente do BC Pérsio Arida que costumava ser o anfitrião dos eventos. Procurado, Arida disse que não comentaria.

Questionado sobre como classifica o pensamento econômico do ex-aluno, Rego diz que Galípolo é um heterodoxo, mas "não é um heterodoxo ortodoxo, ele dialoga".

A percepção sobre a capacidade de diálogo é semelhante à feita por Igor Rocha, economista-chefe da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que conhece o diretor do BC desde a época da PUC-SP. Ele classifica Galípolo como um "absoluto pragmático".

Ainda na época da universidade, Galípolo conheceu o economista Luiz Gonzaga Belluzzo. Palmeirense como Galípolo, e também frequente interlocutor do presidente Lula, Belluzzo se tornaria parceiro na escrita de três livros.

O último deles, "Dinheiro: o poder da abstração real" (2021), contém uma pista sobre o pensamento dos economistas a respeito da relação entre expansão de

gasto e **inflação** - tema recorrente nas discussões da diretoria do BC. No livro, os autores dizem que "o verdadeiro e único limite" para o crescimento da renda nacional seria a capacidade de produzir.

"Enquanto a expansão do gasto e da liquidez não causar esse excesso de demanda agregada, ela não só pode como deve ser feita. Abster-se de gastar em um momento de depressão é desperdiçar máquinas e trabalhadores disponíveis, é falhar com a sociedade e promover a miséria", diz o texto.

Recentemente, em entrevista ao Valor, Belluzzo comentou que Galípolo "sabe que não vai escrever um livro no BC", se referindo às condições do cargo.

Em sua sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado quando foi indicado à diretoria do BC, Galípolo recorreu à filosofia ao afirmar ser avesso às narrativas do "self made man", ou seja, de alguém que construiu sua trajetória sozinho. "Tenho mais empatia à afirmação de um filósofo espanhol que dizia: "Eu sou eu e minha circunstância e que se eu não tenho condição de salvar minha circunstância, não tenho condição de salvar a mim mesmo"", disse, citando José Ortega Gasset.

Na diretoria, Galípolo buscou se equilibrar entre o fato de ter sido indicado pela gestão petista e a necessidade de demonstrar independência para agir como fosse necessário no controle da **inflação**. Até agora, participou de nove reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom). A decisão com mais repercussão no mercado ocorreu em maio deste ano, quando os quatro diretores indicados pelo atual governo votaram por uma redução de 0,50 ponto da taxa Selic, enquanto os outros cinco defenderam um corte de 0,25 ponto, que acabou prevalecendo.

Logo na primeira fala pública, em evento promovido pelo Valor, Galípolo disse que cogitou votar por 0,25 ponto e que se sentiria confortável em defender essa posição. Segundo ele, a discussão era sobre largar o "guidance" (orientação) anterior, de um corte de 0,50 ponto ou não, e envolvia credibilidade, que os membros mais novos ainda estavam construindo.

Esse esforço continua, com ganho de protagonismo de Galípolo, que fez a primeira fala da diretoria colegiada sobre política monetária depois da última reunião do Copom. O diretor fez um discurso considerado "duro" pelo mercado ressaltando pontos da ata, como a avaliação de que a projeção de 3,2% para a **inflação** do primeiro trimestre de 2026 estaria "acima da meta". A avaliação própria era de que o balanço de riscos da **inflação** estaria assimétrico. Galípolo tem dito que todas as opções estão na mesa e repetido a possibilidade, já explicitada na ata, de alta na taxa

básica.

Galípolo chegou à secretaria-executiva do Ministério da Fazenda na posição de conciliador entre ideias heterodoxas, alinhadas ao histórico do PT, e preferências e entendimentos dos agentes financeiros. Agora é apontado para um dos cargos mais estratégicos da República.

Em meio à expectativa do mercado para que mantenha o compromisso de combater a **inflação** e a cobrança do governo para que reduza a taxa de juros tão logo possível, esta é a nova circunstância em que se encontrará o indicado para presidir o Banco Central.

"Nosso banqueiro aqui presente sabe que, quando tem crise, os autores da crise desaparecem e quem aparece é o Estado" Lula

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187970?page=12§ion=1>